

Congresso O Liberalismo e a Imprensa Colonial

EXPOSIÇÃO SOBRE IMPRENSA COLONIAL. Roteiro





.GIEIPC.IP. Grupo Internacional de Estudos da Imprensa Periódica Colonial do Império Português.

ORION - Orientalismo Português

CHAM
CENTRO DE HUMANIDADES
NOVA FCSH-UAC

NOVA FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

CEComp
Centro de Estudos Comparatistas

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA | **FLUL** LETRAS LISBOA

Pensando Goa
uma peculiar biblioteca em língua portuguesa

U C

Organização das Nações Unidas
para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra - Rua e Sala
Instituída em Lisboa de Património Mundial em 2012

Centro de Documentação 25 de Abril
Universidade de Coimbra

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES MARIA BARROSO

BNP
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

BIBLIOTECA NACIONAL DE ANGOLA

BN
BIBLIOTECA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

IANCV
INSTITUTO DO ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE

BLX
HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Congresso Internacional
O Liberalismo e a Imprensa Colonial

ROTEIRO DA EXPOSIÇÃO
SOBRE IMPRENSA COLONIAL

Lisboa, Biblioteca da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa, Alameda da
Universidade

21 de Setembro - 21 de Outubro de 2022

Ficha técnica

Organização da exposição: Comissão Organizadora do II Congresso GIEIPC-IP e Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Montagem: Adelaide Vieira Machado, Daniela Spina, Duarte D. Braga e Sandra Ataíde Lobo

Preparação e edição do Roteiro: Adelaide Vieira Machado, Daniela Spina e Sandra Ataíde Lobo. Quando não indicado diversamente, assume-se que os textos presentes neste roteiro são da sua autoria colectiva.

Colaboradores: Aida Freudental (Historiadora, Investigadora independente), Frederick Noronha (Jornalista e editor, Investigador independente), João Manuel Rocha (Jornalista e investigador em Ciências da Comunicação), Maria de Lourdes Janeiro (Arquiteta, Investigadora independente), Rute de Albuquerque Magalhães (Professora de História)

Agradecimentos: À prontidão do Doutor Pedro Estácio (Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) em acolher a exposição e aos úteis conselhos oferecidos para a sua montagem. À generosidade de todos os colaboradores e doares dos manuscritos e impressos presentes nesta exposição.

Índice

<i>INTRODUÇÃO AO ROTEIRO</i>	6
<i>BIBLIOTÉCA DA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA</i>	8
<i>A) Fontes</i>	9
<i>B) Obras de referência</i>	14
<i>BIBLIOTÉCAS E ARQUIVOS PRIVADOS</i>	15
<i>A) Fontes (miscelânea)</i>	15
<i>B) Colectâneas</i>	48
<i>C) Estudos inéditos</i>	66
<i>C) Estudos e memórias</i>	70
<i>GALERIA</i>	73

INTRODUÇÃO AO ROTEIRO¹

Nesta amostra, montada em parceria com a Biblioteca da FLUL, são expostos fontes e estudos - muitos deles dificilmente acessíveis ou pouco conhecidos do público académico e interessado - que reflectem a diversidade de perspectivas mobilizadas pela imprensa colonial, no caso concreto relacionada com o império português.

Visou-se, por um lado, chamar a atenção para a importância de alguns fundos da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para o estudo desta imprensa. Por outro lado, ao construir colaborativamente parte significativa da exposição com materiais existentes em bibliotecas e arquivos particulares, buscou-se recordar a importância destas colecções e para o interesse de integrá-las em soluções de acesso a fontes cuja custódia é especialmente dispersa e difícil de mapear, e cuja sobrevivência é particularmente arriscada. Uma terceira vertente, não menos importante, relaciona-se com o interesse de construir e tornar acessível uma memória de estudos inéditos, que podem contribuir significativamente para outras investigações e que, em alguns casos, respeitam colecções que pela deterioração física se tornaram parciais ou completamente inacessíveis.

Como os casos dos fundos de Francisco Morais Janeiro, de Jorge Ataíde Lobo e de Manuel Ferreira evidenciam, cabe sublinhar que aceder a arquivos e bibliotecas criados por particulares abre novas possibilidades à compreensão da história desta imprensa, entre outros aspectos, por permitirem frequentemente iluminar partes menos conhecidas das suas histórias ou mesmo devolver ao presente a memória da sua existência e dos movimentos associados, aceder à construção de memórias intelectuais intergeracionais,

¹ Os números que precedem as obras correspondem ao número de ordem na exposição.

às redes de circulação de ideias e reflectir sobre o que ao longo de percursos de vida, muitas vezes atribulados, se entendeu importante guardar.

O presente roteiro foi construído como “narrativa” desses percursos, optando-se por dar particular ênfase às fontes presentes na exposição e ao estado da arte sobre essas fontes. A evidente desproporção entre entradas em alguns casos reflecte o pouco que se sabe sobre a imprensa exposta, em outros traduz estudos feitos especificamente para este roteiro, e, ainda, em alguns casos optou-se por remeter para apresentações mais desenvolvidas na Expo Virtual Comum que vem sendo desenvolvida deste 2017 - <https://expoimprensacoloniaf.fcsb.unl.pt/>.

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

A Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) tem uma história de mais de um século e meio, com origem na Biblioteca do Curso Superior de Letras (CSL), instituído pelo rei D. Pedro V, em 1858. Em 2000, com a construção de um novo edifício, a até então designada Biblioteca Central e as vinte e duas pequenas bibliotecas que se encontravam na dependência dos vários Departamentos e Institutos da FLUL, fundiram-se para dar origem à Biblioteca da FLUL.

Sobretudo desde 2010, o acervo da Biblioteca com particular interesse para a história colonial tem sido significativamente enriquecido. Destaca-se a doação à Faculdade de diversas bibliotecas e arquivos pessoais de académicos e de intelectuais, portugueses e estrangeiros, designadamente de Isabel Castro Henriques e de Alfredo Margarido (2010, 2017), Michel Laban (2012), Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis (2014, 2020) e Horácio Alves Nogueira (2019). Acrescem as colecções doadas pela Fundação Calouste Gulbenkian (2014, 2019) e pelo Instituto de Investigação Científica Tropical (2016). Em 2021, um protocolo assinado com a Caixa Geral de Depósitos (CGD) veio aumentar significativamente a importância da Biblioteca nesta área, por respeitar a incorporação do catálogo da antiga Biblioteca Ultramarina do BNU, o qual inclui as bibliotecas pessoais de Francisco Vieira Machado e de António Liz Dias.

A) Fontes

Doação Manuel Ferreira

Manuel Ferreira (Gândara do Olivais, 1917- Linda-a-Velha, 1992)

Manuel Ferreira foi um escritor e académico português ao qual se deve a institucionalização das literaturas africanas em Portugal, tendo fundado, em 1975, o curso de Literatura Africana de Expressão Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde foi professor de 1975 a 1987. A ele também se deve a primeira tentativa de sistematizar essas literaturas, através da edição de antologias e histórias literárias, entre as quais destacam-se, pelo carácter pioneiro, *No Reino de Calíban: Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa* (1975-1976), *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (1977), e junto com Gerald Moser, *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (1983). Foi fundador também da revista *África* e da editora ALAC (África, Literatura, Arte e Cultura).

A sua relação com a literatura prescinde de um interesse meramente científico, tendo sido a consequência de um convívio íntimo que Ferreira teve com os atores que protagonizaram o surgimento dessas literaturas, envolvendo-se nos ambientes intelectuais que visitou e experienciou em ocasião de diferentes missões militares por conta do Estado Português, a partir da década de 40. A primeira viagem a Cabo Verde, entre 1941 e 1946, foi o ponto de viragem da sua atividade intelectual, e sobretudo literária, enquanto escritor. Influenciado pelas correntes neorrealistas, e próximo do grupo dos intelectuais da revista *Claridade*, já em 1944, Ferreira publicou, no arquipélago atlântico, o livro de contos *Greí*. A este seguiram mais uma coleção de contos, *Morna*, de 1948, e vários romances, todos de inspiração cabo-verdiana. Impulsionado pelo fermento literário cabo-verdiano, no Mindelo, frequentou e concluiu

o curso liceal de Letras no Liceu Gil Eanes. Foi também um dos promotores da revista *Certeza - folha cultural da Academia Cultivar*, que seguiu a experiência da *Claridade*, embora no primeiro número o nome dele não apareça entre os colaboradores.

A sua formação literária teve, contudo, um desvio bastante particular. De 1948 a 1954, nas vésperas da revisão constitucional de 1951, uma estadia em Goa ofereceu-lhe a ocasião de entrar em contacto com um circuito cultural e literário diferente daquele experienciado em Cabo Verde. Em Goa, Ferreira frequentou o curso em Ciências no Liceu Afonso de Albuquerque e, em 1952, licenciou-se em Farmácia pela Escola Médico Cirúrgica de Goa. Apesar deste mergulho na vida académica colonial goesa, Pangim não era Mindelo. O circuito cultural goês apresentava-se, na sua opinião, paralisado e dormente, vítima da negligência das instituições coloniais. Aqui Manuel Ferreira envolveu-se na direção e programação da Emissora de Goa, concretizando a ideia de publicar o seu *Boletim* durante dois anos (1952-1953), com o apoio de uma equipa composta, maioritariamente, por agentes metropolitanos. A ideia do *Boletim* surgiu para fazer frente à escassez de publicações periódicas de carácter cultural e literário em Goa, tendo desembocado na criação de uma página cultural no jornal goês *O Heraldô*, em 1953, desta vez acompanhado por uma redação de atores locais.

Entre 1965 e 1967, encontramos Ferreira novamente em África, para mais uma missão militar, desta vez em Luanda. De regresso a Portugal, em 1974 concluiu o curso em Ciências Políticas e Sociais no Instituto de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas. Apesar da sua estreita colaboração com a administração colonial, portanto, com o regime salazarista, o escritor de ideias antifascistas - palpáveis sobretudo na crítica subjacente à sua ficção literária, bem como na atenção chamada à PIDE em diferentes ocasiões -, configura-se como um homem de letras muito atento e sensível às conjunturas sociais e culturais dos territórios colonizados por Portugal. O fundo deixado à guarda da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Doação Manuel Ferreira), e o seu espólio familiar ainda por catalogar (Fundo Família Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis), são preciosos testemunhos do compromisso científico e abnegado amor pela literatura deste intelectual, académico e escritor.

13. *Claridade* (S. Vicente, Março de 1936-1960). Exemplar nº 1 março 1936.

O primeiro número da revista *Claridade* foi publicado em Março de 1936, na ilha de S. Vicente, Cabo-Verde. Fundada por Jorge Barbosa, Baltasar Lopes e Manuel Lopes, foi composta e impressa pela Sociedade de Tipografia e Publicidade Lda. Com textos escritos em português e em crioulo, foi uma revista literária de grande impacto na sociedade cabo-verdiana, ao ter dado um novo tipo de tratamento à realidade do arquipélago, através da tematização da seca; da fome; da morte; da emigração, baseada na evasão e no dilema bipartido (querer partir - ter de ficar; querer ficar - ter de partir); entre outras temáticas. A revista foi dada à estampa ao longo de nove números em duas fases (março 1936 - março 1937; 1947 - 1960) e a sua história editorial reflecte as dificuldades enfrentadas por uma revista como o seu perfil no ambiente colonial do Estado Novo. Expõe-se aqui o primeiro número. O nº 6, de julho de 1948, pode ser consultado na Exposição Virtual Comum (<https://expoimprensacolonial.fcsih.unl.pt/>). A importância da *Claridade* na história cultural e política cabo-verdiana tem sido reconhecida em teses, artigos e livros publicados nas últimas décadas.

19. *Certeza: Folha da Academia* (nº 1 março 1944- nº 3, Janeiro 1945). Exemplar nº 1.

Certeza foi a publicação periódica ligada à Academia Cultivar, fundada na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, em 1942. A *Academia Cultivar* foi fundada por um grupo de estudantes do Liceu Gil Eanes, sendo que a folha foi promovida pelos membros mais preocupados com questões de carácter literário. Expõe-se aqui o primeiro número, publicado em março de 1944. Filha da experiência da revista *Claridade*, a *Certeza* ~~ou~~ impressa, como a sua precursora, na Sociedade de Tipografia e Publicidade Lda. Contou com a participação de distintos intelectuais cabo-verdianos, entre os quais destacam-se Orlanda Amarílis, Eduíno Brito Silva, José Mateus Spencer, Guilherme dos Reis Rocheteau, Nuno Alvares de Miranda, Tomás Dantas Martins e Arnaldo Vasconcelos

França. O nº 3 foi suspenso e apreendido. Sobre esta revista veja-se <https://brito-semedo.blogs.sapo.pt/75-anos-da-certeza-folha-da-academia-601432>.

22. *Mensagem. Circular da Casa dos Estudantes do Império* (Lisboa, Jul. 1948-Janeiro 1952). Exemplares Ano 2, n.º 11 (Maio/Dezembro 1949); Ano 3, n.º 12 (Janeiro/Julho 1951); Ano 3, n.º 13 (Janeiro 1952).

Mensagem. Boletim da Casa dos Estudantes do Império (Lisboa, 1957-1964). Exemplares Ano 3, n.º 1 (Janeiro 1960); Ano 14, n.º 3 (Agosto 1962).

Desde que iniciaram a *Mensagem* como circular datilografada, os estudantes da CEI manifestaram a ambição de publicar uma revista impressa de circulação alargada, o que nunca chegaram a conseguir. A *Mensagem* manteve-se datilografada mesmo quando na década de 60 aproximou o seu formato ao de revista, com capas e ilustrações impressas. É por essa altura que passou a declarar-se expressamente “publicação não periódica”. Independentemente do seu formato e subtítulo, *Mensagem* teve sempre um conteúdo que o aproxima do modelo de uma revista cultural de um movimento intelectual. Com forte componente literária e criativa, e indísfarçável crítica, o facto de não ser impressa poderá ter ajudado o seu perfil, colocando-o à margem do visto da Censura. Quer na primeira fase, quer na segunda, foi sobretudo contribuída pelos estudantes ligados às colónias africanas. Parte significativa dos seus números encontra-se na Casa Comum FMS&MB- http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_11039#e_11039.

A *Casa dos Estudantes do Império (CEI)* tem recebido nas últimas décadas uma renovada atenção académica. Constituí um marco o grupo da iniciativa da UCCLA, coordenado por Aída Freudenthal, que trabalhou sobre os ficheiros e outros documentos dispersos e reeditou as publicações da Casa, para além de publicar um nº especial da *Mensagem*. Outro marco é a obra *Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*, coordenada por Cláudia Castelo e Jerónimo Bandeira (2017). Esta atenção decorre tanto pela importância da Casa na construção da consciência cultural e política das intelectualidades das colónias portuguesas, quanto por ser

exemplo, dos mais significativos, de subversão de uma organização planeada para servir a ditadura e a política imperial do Estado Novo.

Depois de uma primeira casa de Moçambique em Coimbra (1941), e de os estudantes de Angola criarem uma casa em Lisboa em finais de 1943 com o apoio da Mocidade Portuguesa (MP) então dirigida por Marcelo Caetano, outras seguiram. O impulso para a reunião numa só associação veio do Ministro das Colónias Francisco Vieira Machado, por mais consentânea com a ideia imperial. Uma ideia que viria a concretizar-se em Outubro desse ano, já com Caetano a ocupar a pasta das Colónias.

Ao contrário das expectativas de Vieira Machado, a Casa organizou-se em secções das diferentes colónias, reproduzindo a lógica de afinidades que tinha impulsionado as anteriores casas. Essa estrutura tornou-se decisiva para alimentar simultaneamente os sentimentos de identidades locais e a troca de ideias e de experiências partilhadas entre os grupos. Como sublinhado por Cláudia Castelo, desde 1945 avolumaram-se os indícios de rebeldia, designadamente com adesões primeiro ao MUD e depois ao MUD Juvenil. Em Abril de 1951 a PIDE, que acompanhava de perto os associados e mantinha agentes infiltrados, já não tinha dúvidas em alertar que a CEI se tornara um reduto anti-situacionista. Em Maio de 1952 foi posto fim à estrutura democrática do CEI e designada uma comissão de gestão, assistindo-se a uma debandada de associados. Em Fevereiro de 1957, o governo finalmente cedeu o controlo directo, mas impôs a aceitação de novos estatutos que obrigavam à abdicação de actividade política e punham fim à organização por secções. O escândalo associado ao CEI regressou em 1961, quando cerca de cem estudantes angolanos escaparam de Portugal para se juntarem à luta anticolonial, com evidente envolvimento da Casa no planeamento da fuga. Em 1965, a associação seria definitivamente fechada e as formas de acolhimento e enquadramento dos estudantes das colónias repensado.

26. *Boletim da Emissora de Goa*. (nº 1, Jan. 1952-1953). Ex. Vol. 1 nº 2 (abril/maio/junho 1952).

O *Boletim da Emissora de Goa* foi editado entre 1952 e 1953, tendo sido o primeiro número publicado em Janeiro de 1952. Esta publicação reflete a programação radiofónica da Emissora de Goa, sobretudo no que ~~con~~ as suas rubricas literárias.

B) Obras de referência

41. Costa, *Aleixo Manuel da*. *Literatura goesa: apontamentos bio-bibliográficos para a sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.
42. Costa, *Aleixo Manuel da*. *Dicionário da literatura goesa*. Vol. 1, 2, 3. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997.
44. Cunha, *António Maria da*. *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1923.
48. Devi, *Vimala*. Seabra, *Manuel de*. *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.
49. Cunha, *Vicente de Bragança*. *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos*. Bombaim: V. de B. Cunha, 1926.

BIBLIOTECAS E ARQUIVOS PRIVADOS

A) Fontes (miscelânea)

Biblioteca e Arquivo Sandra Ataíde Lobo (SAL)

Ofertas de Nuno da Cunha Gonçalves

Nuno da Cunha Gonçalves (Beira, 1914-Lisboa, 1997)

Nuno da Cunha Gonçalves, membro de uma família goesa com grandes tradições intelectuais que se destacou em Goa e em Portugal, foi um homem de cultura. Nascido na Beira (Moçambique), passou parte da juventude em Goa. Em 1935 mudou-se para Lisboa onde trabalhou parte significativa da sua vida no Automóvel Clube de Portugal. Bibliófilo, numismata e historiador amador, foi um melómano, sendo um dos animadores do Círculo de Cultura Musical (Lisboa), e tendo estado ligado, designadamente, aos primórdios do jazz em Portugal. Antes de falecer leiloou parte da sua imensa biblioteca, tendo ainda oferecido milhares de livros de interesse para a história da Índia à Biblioteca da Universidade de Goa, os quais passaram a constituir uma das mais importantes colecções dessa biblioteca. A grande amizade que o uniu a Jorge Ataíde Lobo estendeu-se à filha (SAL) a quem ao longo dos anos doou algumas preciosidades bibliográficas.

- 1. Silva, Bernardo Peres da. Diálogo entre um doutor em filosofia e um português da Índia na cidade de Lisboa sobre a constituição política do reino de Portugal, suas vantagens, e meios de*

mantê-la. Dedicado à mocidade da Índia pelo seu compatriota. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1823. Muito raro.

Nesta obra em defesa do liberalismo, podemos ler:

[Índio] Mas nós desgraçados habitantes de um País em que nem se sabe o que é opinião Pública; mais infelizes que as Tribos dos Cherokees de Alabama, que graças à filantropia dos Americanos dos Estados Unidos do Norte têm uma Gazeta na sua língua; nós que estamos tão longe do Trono, e Cortes e submetidos a um V. Rei, e Capitão General, que faz tudo quanto quer, como outro do México diz: Deus está muito alto, o Rei muito longe, e eu cá (...) como poderemos aspirar, ainda com constituição à felicidade?

Doutor. Primeiramente nem existirão esses nomes aterradores de V. Rei Capitão General, Governador Castelão: haverá breve uma lei orgânica, que marque as atribuições do Poder, ou autoridade Pública, e elas serão limitadas (...) Além disso com o estabelecimento de Aulas Públicas, instrução primária, e educação de vossos filhos na Europa, em que muito deveis cuidar, não tereis vós escritores públicos, e homens ilustrados, cuja reunião formará a opinião Pública? (8-10).

Bernardo Peres da Silva (Goa, 1775-Lisboa, 1844)

O médico que se tornou o “Pai” do liberalismo e defensor das causas da monarquia constitucional portuguesa e dos direitos dos “naturais” da terra. Pelo seu percurso e pensamento tornou-se uma referência entre os liberais, os autonomistas e os nacionalistas goeses.

Bernardo Peres da Silva foi um dos dois “nativos” que, juntamente com o médico “metropolitano” António José da Lima Leitão, foram eleitos deputados às Cortes Constituintes em Janeiro de 1822. Durante a viagem para Portugal manifestaram-se contra a hipótese de Goa juntar-se ao movimento separatista brasileiro, sendo retidos no Rio de Janeiro. Chegou a Portugal em 1823, em vésperas da queda do vintismo, a tempo

de jurar a Constituição. De volta a Goa em 1825, com cargo de Intendente Geral da Agricultura que se ofereceu para exercer sem remuneração, voltou a ser eleito em 1827 às Cortes Cartistas, para mais uma vez chegar a Portugal em clima contrarrevolucionário. Exilado em Inglaterra, tentou convencer o Governo no exílio a armar uma frota para assegurar a manutenção da lealdade indiana à causa liberal e a partir daí iniciar um governo de resistência em território português. Pela mesma altura interveio em diversos periódicos em favor da causa da Rainha. Partiu para o Brasil para tentar, sem sucesso, convencer D. Pedro a apoiar o seu plano. Antes de partir do Brasil publicou o *Díálogo* aqui exposto, a primeira obra abertamente política publicada por um goês, onde sintetizou as ideias que deixou dispersas em diversos impressos e manuscritos. Com a vitória liberal, na sequência de um plano que apresentou para o governo e desenvolvimento de Goa, D. Pedro nomeou-o Prefeito da Índia, mas chegado ao território foi destituído por uma revolta militar, sob a acusação de nativismo. Obrigado ao exílio em Damão, iniciou-se um conflito sobre a legitimidade dos dois governos, o qual deu origem à criação de um conjunto significativo de periódicos e folhetos por ambas partes. Com a resolução do conflito pelo governo metropolitano, Peres da Silva voltou a Portugal em 1838 na qualidade de deputado, podendo finalmente desta vez exercer as suas funções. Nos últimos anos, Peres da Silva (e o seu *Díálogo*) tem sido sobretudo estudado por sobretudo por Celsa Pinto, Luís Cabral de Oliveira e Sandra Ataíde Lobo.

Os Cunha Gonçalves: uma família com tradições intelectuais...

2. *Ilustração Goana* (nº 1, 11.1864- nº 24, 12.1866). 1º e 2º nºs impressos em Nova-Goa na Imprensa Nacional. Nºs seguintes na tipografia de “O Ultramar”, em Margão. Exemplar fotocopiado. Tem a particularidade de conter indicações manuscritas sobre os números e datas de publicação, o que permite a reconstituição da história da publicação da revista.

A *Ilustração Goana*, foi a primeira revista cultural de iniciativa da juventude oriunda

das elites nativas em Goa. Com um perfil liberal, prestou particular atenção à história e à criação de uma literatura local. Publicou os primeiros contos focados em Goa e homenageou algumas figuras locais, entre elas, Bernardo Peres da Silva. Dirigida por Júlio Gonçalves, captou o apoio de alguns veteranos como o brâmane Bernardo Francisco da Costa, o luso-descendente Manuel José da Costa Campos e os metropolitanos, Cunha Rívora e Lopes Mendes. Note-se a colaboração do poeta José Pedro da Silva Campos Oliveira (Cabaceira, Moçambique, 1847-1911), na altura a estudar em Goa. Campos Oliveira viria a fundar a primeira revista cultural de Moçambique. É uma revista que tem merecido diversos estudos académicos, designadamente teses e artigos.

3. “Centenário de nascimento de Júlio Gonçalves” *Heraldo*, 16-07-1946. Homenagem a Júlio Gonçalves

Júlio Gonçalves (Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, Nova-Goa, 1846-1896)

Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, Nova-Goa, 1846-1896), avô de Nuno da Cunha Gonçalves, é uma das grandes referências intelectuais da história cultural goesa do século 19, sobretudo pela sua ligação à criação da *Ilustração Goana* e colaboração activa na fundação do Instituto Vasco da Gama e na direcção do seu primeiro boletim, *Instituto Vasco da Gama* (Nova-Goa, 1872-1875). Para além de autor, foi igualmente um advogado e jurista notável tendo integrado diversas comissões legislativas e redigido designadamente o Código de Usos e Costumes dos hindus de Goa (1880). Casado com Leocádia da Cunha Gonçalves, irmã do orientalista José Gerson da Cunha e do médico e jornalista António Maria da Cunha, diversos dos 14 filhos e descendentes deste casal destacaram-se como profissionais, escritores e intelectuais em Portugal e em outros espaços.

A homenagem do *Heraldo* tem particular significado já que este jornal foi fundado e dirigido pelo seu cunhado António Maria da Cunha, tio-avô de Nuno da Cunha Gonçalves.

Heraldo: diário da manhã (Nova-Goa, 21.5.1908-15.4.1962)

O *Heraldo* foi o segundo diário fundado em 1908 em Nova-Goa (Pangim). Com tipografia própria. Foi um jornal moderado de orientação republicana. Durante a monarquia teve uma posição crítica da política nacional e colonial, e antecipou o advento da república. Na República, teve um importante papel no quotidiano político e cultural local. Esteve envolvido no movimento autonomista de 1918-1919. Deu uma crescente atenção ao movimento nacionalista indiano, num posicionamento conservador. Opôs-se ao Acto Colonial, defendendo a manutenção do conceito de Províncias Ultramarinas, e, enquanto esteve sob direcção de António Maria da Cunha, distanciou-se do regime, chegando a ser suspenso entre 26.1.1947 e 30.4.1947, pelo artigo “A patina secular de inércia”. Posteriormente, sob a direcção de Álvaro de Santa Rita Vaz, apoiou a posição de Portugal no Caso de Goa, tendo sido criada a edição inglesa com esse propósito. Entre as particularidades da história deste diário conta-se ter sido contribuído e dirigido informalmente durante um breve período nos seus primórdios, por Leocádia da Cunha Gonçalves, o que a situa entre as pioneiras do jornalismo feminino goês. Publicou-se até Abril de 1962, altura em que Santa Rita Vaz integrou o núcleo de refugiados em Lisboa após o fim do domínio português na Índia.

12. *Revista Académica de instrução e Recreio* (Nova-Goa, nº1, Set. 1933-nº 3/4, Mar-Jun 1934) - exemplar nº 3/4 (muito raro)

Propriedade e direcção de Nuno da Cunha Gonçalves, a *Revista Académica de instrução e Recreio* foi uma revista da iniciativa dos Estudantes do Liceu Central de Nova Goa. Termina com a partida do mesmo para Portugal. No primeiro número prestou homenagem à revista homónima de 1919. Publica inéditos de Alberto de Noronha e de Floriano Barreto. Literatura, estudos locais, anedotas, charadas, etc. Teve vasta colaboração intergeracional, entre outros, do historiador P. Pussurlencar e de António Maria da Cunha. O seu número 2, especial de Natal de 1933, tem a particularidade de oferecer como brinde uma aguarela original do artista Ângelo da Fonseca, ilustrando a fuga para o Egipto, na qual é notória estética marcadamente “indianizada” do catolicismo que caracterizou este artista, discípulo de Rabindranath e Abanindranath

Tagore em Shantiniketan, e por isso mesmo ostracizado no meio católico local no contexto do Estado Novo.

Ofertas de Maria de Lourdes Janeiro

(do Espólio de Francisco Moraes Janeiro)

Maria de Lourdes Janeiro (Damão, 1953)²

*Maria de Lourdes Janeiro nasceu em Damão onde passou a infância. Muda-se com a família para Moçambique onde viveu até ao início da década de 70, quando a família regressa a Portugal. Formada em 1978 pela Escola de Belas Artes em Lisboa, tem trabalhado como Arquitecta projectista e investigadora de História da Arquitectura e do Urbanismo, com diversos estudos publicados. Mais recentemente tem-se dedicado ao estudo do espólio dos pais. Publicou em 2017, *Cartas de Damão: uma visão do quotidiano na antiga Índia portuguesa nos anos finais de 1951-1961*, uma compilação, com estudo introdutório e notas, das cartas escritas pela mãe, Maria Gisela Janeiro, durante o período em que residiu em Goa e em Damão.*

*Em 2018 ofereceu a SAL, no âmbito do seu interesse pela imprensa goesa e do projecto do GIEIPC-IP, a documentação respeitante a Carlos da Cruz, constante no arquivo do pai. É constituída pelo jornal *Sandalcalo*, o dossier respeitante ao processo disciplinar de Carlos da Cruz, e por um conjunto de artigos que publicou em 1932 no jornal *O Angló-Lusitano*, possivelmente originalmente apensos ao dossier.*

Francisco Moraes Janeiro (Lisboa, 1917-2010) e o seu espólio

Maria de Lourdes Janeiro

Francisco Moraes Janeiro formou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1949. Residiu e trabalhou na então Índia Portuguesa (em Damão e

² Nota escrita com a colaboração de Maria de Lourdes Janeiro

Goa) entre 1951 e 1961. Dedicou-se profissionalmente à área da educação, tendo sido pontualmente professor no Liceu Afonso de Albuquerque em Pangim e desenvolvido um projecto educativo público (o ensino das crianças em língua concani).

Posteriormente viveu e trabalhou em Moçambique, na Direcção dos Serviços de Educação (1962-1975), tendo a seu cargo a direcção do departamento de “Cultos e Instituições Culturais”.

Origem da documentação

Origem da documentação respeitante ao processo instaurado em Outubro 1932 ao editor e jornalista do jornal *Sandálcalo*, Carlos da Cruz, professor em Silvassá, na sequência de um artigo de sua autoria publicado no jornal *Anglo-Lusitano* de Bombaim.

Esta documentação foi recolhida no arquivo privado (espólio) de Francisco Morais Janeiro. O arquivo consiste na documentação do processo levado ao Tribunal Internacional de Haia, em Dezembro de 1955, designado “Direito de Passagem aos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli”.

Constitui um conjunto documental muito extenso o qual assenta na “Memória Histórica”, isto é, a reconstituição das condições em que Dadrá e Nagar Aveli vieram para a posse de Portugal, e compreende ainda os trabalhos efectuados durante o decorrer do referido julgamento em tribunal.

Os trabalhos de pesquisa dessa documentação histórica, para comprovar a soberania portuguesa nesses territórios, foram iniciados pelo Dr. Silva Rego, então director do recém-formado Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, C.E.H.U.

Francisco Morais Janeiro, funcionário português residente na então Índia Portuguesa, coadjuvou o Dr. Silva Rego na recolha de documentação, em Março de 1956, data em que se iniciaram os trabalhos de pesquisa no Arquivo Histórico de Goa.

Formou-se, após essa data, um grupo de trabalho chefiado por Alexandre Lobato, codirector do C.E.H.U. do qual fizeram parte Francisco Janeiro e sua mulher, Gisela Janeiro.

O *Sandalcalo*, até agora não estudado, foi um semanário fundado e redigido por Carlos da Cruz tendo por administradora Celina Fernandes. Publicou-se em Valpi, na fronteira da Índia britânica para fugir à jurisdição da ditadura. Zurzia nos abusos de poder e corrupção dos funcionários. Acabou processado. Trata-se de uma colecção muito rara.

8. *O Anglo-Lusitano* (Bombaim, 1886-1955) - exemplar 25 de Junho de 1932, p. 3

Artigo de Carlos da Cruz em *A Nossa Página em Prol do Distrito de Damão...* respeitante ao processo disciplinar que lhe foi movido.

O *Anglo-Lusitano*, semanário bilingue (português, inglês), foi fundado a 8 de Julho de 1886 por uma secção da comunidade católica goesa emigrada em Bombaim, numa altura em que nascia o Congresso Nacional Indiano e em que as diferentes comunidades eram pressionadas a definir a sua identidade na Índia sob domínio britânico. O periódico foi criado sobretudo com os fins de defender os direitos do Padroado Português e os interesses desta comunidade no Raj. Distinguiu-se por ser o periódico desta comunidade com maior longevidade. Acabou por distinguir-se igualmente pela participação nos conflitos políticos em Goa e na formação da identidade católica goesa, tendo uma evolução política e cultural muito rica e não linear. No princípio da Primeira República juntou-se à reacção da comunidade católica mais conservadora que em Goa procurou lutar contra a laicização do Estado. Nos primeiros anos da ditadura e do Estado Novo colocou-se ao lado dos seus opositores, designadamente na condenação do Acto Colonial, pelo que foi alvo da diplomacia portuguesa, vendo a sua entrada proibida em Goa nos anos que rodearam a publicação da Constituição salazarista e novamente em 1937. Mais informações em https://expoimprensacolonial.fcsf.unl.pt/ind.html#o_anglo_lusitano. O jornal está a ser estudado por investigadores ligados ao grupo Pensando Goa e ao GIEIP-IP, que já resultaram em artigos publicados na Índia e em Portugal. Veja-se a Exposição Estudos sobre imprensa no site do congresso.

6. *Governo do Distrito de Damão*. Correspondência Confidencial e outros documentos respeitantes

ao Processo disciplinar contra Carlos da Cruz, Professor na Escola Oficial Neves Ferreira

Processo originado por artigos de Carlos da Cruz publicados no jornal *O Anglo-Lusitano*, a 16 de Abril e a 9 de Julho de 1932. Inclui uma longa carta de Carlos da Cruz, datada de 2 de Setembro de 1932, em defesa do seu estatuto de jornalista. O Governador de Damão, Cap. Jovino Lopes, intervém em seu favor.

Carlos da Cruz (Carlos Luís Martinho Nazário da Cruz, Goa, Chandor, 1907-1958) - De militante académico a jornalista anticolonial.

Carlos da Cruz foi dirigente da Associação de Estudantes do Liceu de Nova-Goa a partir de 1924. Em 1928 a Associação foi dissolvida e Carlos da Cruz expulso do liceu. Iniciou uma curta carreira de professor primário após habilitar-se na Escola Normal, e iniciava o percurso como jornalista. Em 1929, fundou o jornal de feição nacionalista *O Oriente*, que durou até 1930. Mudando para Damão para escapar ao cerco político em Goa, volta a enfrentar problemas políticos, apesar do apoio do governador local. Os artigos publicados no *Anglo-Lusitano*, sob a rubrica *A Nossa Página em Prol do Distrito de Damão da Colaboração Principal de Carlos da Cruz Redactor do "Sandácalo"*, e no *Sandácalo* acabariam por ditar um processo e uma breve passagem pela prisão. Em 1933 exilou-se em Bombaim, passando a dirigir *O Anglo-Lusitano*. Consolidou, ainda, a colaboração com T. B. Cunha iniciada em 1928 com a fundação do Comité Goês do Congresso Nacional Indiano. Entre 1933 e 1935, publicaram a *Indo-Portuguese Review* e o *Indo-Portuguese Annual*, periódicos dos quais não conhecemos colecções sobreviventes. Em 1935 as autoridades britânicas, pressionadas pela diplomacia portuguesa, asseguraram o fim destes periódicos e o afastamento de Carlos da Cruz da direcção do *Anglo-Lusitano*. Durante esses anos, nenhuma destas publicações podia circular em territórios de domínio, sendo os seus editores obrigados a recorrer a estratégias para a sua circulação clandestina, com a cumplicidade de jornalistas e activistas locais, como conta António da Cruz. Entre finais de 1958 e inícios de 1959, o irmão António da Cruz traçou a sua biografia no *Free Goa* (Belgão, Bombaim, 1953-1962), jornal anticolonial

fundado pelo círculo de T. B. Cunha.

Espólio de Jorge Ataíde Lobo (JAL)

Jorge Ataíde Lobo (Siofím, 1920-Lisboa, 2004)

*Jorge da Graça Ataíde Lobo, de uma família goesa, era filho de professores primários com alguma actividade na imprensa e na vida pública local. Viveu a infância em Siofím onde fez os estudos primários e mudou-se para Pangim (Nova-Goa) para seguir os estudos. Aí completou ciências e letras no Liceu Nacional Afonso de Albuquerque (anterior Liceu Nacional de Nova-Goa), o curso de farmácia na Escola Médico-Cirúrgica e habilitou-se a advogado “provisionário”. Enquanto estudante teve considerável actividade cultural e pedagógica. Destaca-se o envolvimento na criação de diversas páginas de juventude na imprensa local, na União Académica e fundação da revista *O Académico*, na comissão que trabalhou o espólio de Adeodato Barreto e na criação do Curso Liceal de Adeodato Barreto. Com o final da II Guerra, mudou-se em 1945 para Lisboa, onde cursou direito. Foi sócio da Casa dos Estudantes do Império, presidente da Secção da Índia e, posteriormente, da Casa. Foi magistrado em Angola entre 1952 e 1960, onde decisões incómodas levaram a que fosse finalmente transferido para Goa, como vinha requerendo. Uma das primeiras iniciativas que tomou em Goa foi a renovação do tribunal da comarca das Ilhas e a criação de uma “Galeria de Advogados” em homenagem ao papel dos advogados locais na administração da justiça e na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos. Permaneceu na Índia após o fim do domínio português participando, enquanto magistrado, no processo de transição jurídica e judicial. Dedicou-se à advocacia desde 1966 e envolveu-se na vida cívica, cultural e política local, tendo ainda publicado um romance, *Liberation*. Com o retomar das relações entre Portugal e a Índia, em 1978 moveu-se, sobretudo por motivos familiares, para Portugal onde retomou a magistratura. Deixou diversos escritos inéditos.*

O seu arquivo e a biblioteca foram bastante delapidados pela vida itinerante. O pequeno núcleo sobrevivente vem sendo disponibilizado a investigadores dedicados ao estudo da cultura goesa, tendo sido em parte digitalizado pelo projecto *Pensando Goa*. Constituído sobretudo por revistas impressas e manuscritas, folhetos e livros, recortes de jornais, manuscritos literários e alguns documentos de interesse privado e público. Na presente exposição consta uma selecção de materiais com interesse para a história da imprensa colonial e dos movimentos intelectuais, designadamente estudantis.

Da biblioteca dos pais...

4. *Luz do Oriente* (Mensal, Pondá, v. 1, nº 1, 08. 1907- nº 2, 1920) - exemplar vol. 8, 1915.

A *Luz do Oriente*, foi a mais duradoira revista cultural goesa de iniciativa privada. Ilustrada. Iniciada pela intelectualidade hindu com fortes ligações aos nacionalistas do Maharashtra, teve por programa o estreitamento dos laços entre hindus e cristãos, dando a conhecer “aos ocidentais” os diversos aspectos da civilização hindu. Envolveu-se no projecto republicano após 1910 e foi crescentemente contribuído por intelectuais católicos. Sobre esta revista e o grupo ao qual esteve associada veja-se a Expo Virtual Comum - https://expoimprensacolonial.fcsh.unl.pt/ind.html#luz_do_oriente. Começa a merecer a atenção de diversos investigadores.

5. *O Indispensável*: revista quinzenal enciclopédica (Bastorá, 17.7.1914-3.7.1915). ex. do volume.

Terceira série de um título dirigido por J. V. Janin Rangel, proprietário da mais importante tipografia privada de Goa. Ilustrada. Inscreveu-se no espírito de divulgação de conhecimentos úteis das revistas oitocentistas visando o público familiar.

Juventude goesa

Esta secção reflecte o ambiente cultural que a geração de JAL procurou construir em Goa, desde cedo marcada pelo fascínio do jornalismo, notório tanto na intervenção na esfera pública local, quanto nos entretenimentos da vida familiar, para onde os jovens regressavam em período de férias para as aldeias de origem. Nota-se um crescente posicionamento crítico e apelo ao papel da juventude na renovação da vida intelectual local.

Brincando aos jornalistas em casa...

9. A Flor da Mocidade (Siolim, c. 1936-1937). Revista de família, manuscrita ilustrada. Irregular. Exemplar do nº 6.

Os irmãos adoptam o apelido Lopes, seguindo o pseudónimo do pai, Alito Lopes. Evidencia-se a importância da imprensa na vida familiar e local. Comentários, frequentemente satíricos, sobre a vida familiar, local e as polémicas na imprensa, notícias inventadas, ensaios, contos, anedotas.

... Nova Goa/Pangim – lugar de confluência estudantil

9. O Jovial (Nova Goa, nº 1, 15.09.1936-nº 8, s.d. [1937]). Quinzenal. Exemplar nº2, 3-10-1936

Revista dos alunos do 5º ano do Liceu de Nova Goa constituídos em sociedade. O número 1 circulou manuscrito. Apartir do número 2 foi dactilografada com capa impressa e pormenores gráficos manuscritos. Ilustrada por Govinda Singbal e Visnum P. Vernencar. Fotografias coladas dos colaboradores. A sua história é contada no nº8 (s/d) por Jorge, redactor da revista (assin. JAL, Fanfarrão). A intenção era “aprender a escrever”. Nota-se a colaboração de estudantes católicos e hindus. Conta com alguma colaboração feminina. Contos, anedotas, poesia, crítica.

9. *Os Sete* (Nova Goa, 12.08.1940-?) – Revista mensal. exemplar vol. II, Setembro de 1940, m.m.e.

Revista da república Comensalidade Académica. Dactilografado pormenores gráficos manuscritos, capa impressa e colagens. Ensaíos, divulgação de conhecimentos, contos, poesia, anedotas. Nota-se o impacto da II Guerra.

16. *Gente Nova*: publicação comemorativa do primeiro aniversário da página literária de *O Heraldó*. Nova Goa, Janeiro de 1940

Edição do *Grupo Gente Nova*, acolhido pelo jornal *O Heraldó*. Conta com a colaboração especial de vários professores e jornalistas. Nota-se, mais uma vez, a colaboração de jovens católicos e hindus. Ensaíos, contos, poesia.

O Heraldó (Nova Goa/Pangim, 1900- contínua)

O Heraldó foi o primeiro diário fundado nas colónias portuguesas, tendo iniciado a publicação a 22 de Janeiro de 1900, e ainda sobrevive em edição em língua inglesa, iniciada em 1983. A iniciativa foi lançada por uma equipa de jovens liderados por António Aleixo Messias Gomes, que integrava, ainda, Tomás Botelho, Francisco Leite, Aleixo Mariano de Sousa e Luís de Menezes Bragança, fortemente conectados com uma intelectualidade republicana que procurava afirmar-se. Buscavam trazer a Goa um quotidiano moderno conjugando o noticiário local, nacional e internacional, a opinião e a atenção às matérias de interesse local, abrindo as páginas a uma colaboração diversificada, permanente e ocasional, sendo largamente colaborado pela elite letrada local. Ao longo do seu percurso dedicou um espaço significativo às questões indianas, designadamente acompanhando e comentando as convulsões na Índia Britânica. Adepto

da autonomia local durante a república, em 1930 acusou o seu falhanço chegando a apoiar a ditadura nos seus inícios, uma posição que evoluiu para um distanciamento crítico. É um jornal que está por estudar, apesar de ser recorrentemente usado como fonte de informação.

17. *O Académico* (Nova Goa, nº 1, Novembro 1940-nº13, 1943) -Revista bimensal. Exemplar do nº1.

A revista *O Académico* foi o órgão da *União Académica*, sendo composta e impressa na Tipografia “Diário da Noite”. Revista que culmina a intervenção desta geração na esfera pública goesa, tinha já um carácter claramente político-cultural, de pendor democrático e sugestão anticolonial, contando com a colaboração de conhecidos nacionalistas como T. B. Cunha, Berta Menezes Bragança, António Furtado e Lúcio de Miranda, destacando-se o último tanto pela resistência antissalazarista nos Açores, quanto pelo contributo às redes anticoloniais em Inglaterra onde se exilou na década de 50. Entre as referências intelectuais expressas na revista contam-se Luís de Menezes Bragança, Adeodato Barreto, Rabindranath Tagore. Foi uma revista que assumiu a vocação de abanar o ambiente local, de despertar consciências e promover a criatividade. Chamava a si a tradição de imprensa académica local, iniciada na década de 20, entre outros da *Revista Académica* presente nesta amostra. Chocava com a mentalidade conservadora dominante e envolve-se em diversas polémicas. Mais uma vez nota-se a colaboração de católicos e hindus, e, pela primeira vez, a colaboração feminina foi significativa.

A União Académica, formada a 14 de Dezembro de 1933, enquadra-se no espírito dos movimentos intelectuais desse século, tendo evidenciado crescente ligação à juventude nacionalista, sobretudo hindu, mas também católica. Desde a sua fundação apostou em iniciativas culturais e de fomento do debate público de ideias, frequentemente rasando os limites do quadro censório e da vigilância política da ditadura. Até recentemente esquecida tem recentemente recebido atenção académica, sobretudo por via de *O Académico*, por parte de investigadores ligados ao grupo *Pensando Goa* e ao *GIETP-IP*.

Veja-se a Exposição *Estudos sobre imprensa* no site do congresso.

15. “*Conversando com o Sr. Narana Bembro Secretário da União Académica sobre a actividade da mesma*” *O Heraldó*, 14-12-1935

O secretário destaca os objectivos cívicos e culturais da União.

União Académica Nova-Goa, Bilhete de Identidade de Jorge de Ataíde Lobo, 1938-1939, Sócio Efectivo nº 209

18. *Curso Liceal de Adeodato Barreto: anuário 1941-1942. Nova Goa, Impresso na Tipografia Sadananda, 1942*

Adeodato Barreto, O Livro da Vida: cânticos indianos. Editor Vasco Benedito Gomes, prefácio de Ruy de Sant’Elmo (pseud. de Abílio Augusto de Brito e Nascimento). Nova Goa, Índia Portuguesa: Edições “Swatva”, 1940. Com foto de Adeodato.

A criação do *Curso Liceal de Adeodato Barreto*, alternativo ao liceu oficial, é significativa da influência pedagógica, cultural e política de Adeodato Barreto e da sua geração nestes jovens. Após o falecimento deste seareiro em 1937, a viúva esteve temporariamente em Goa levando consigo o espólio do marido. Formou-se na altura um grupo de trabalho para organizar o espólio e publicar a obras que deixara inéditas. Neste contexto um conjunto de conferências (Lúcio de Miranda, Álvaro de Santa Rita Vaz e JAL) marcaram a passagem do 2º aniversário da sua morte, a 6 de Agosto de 1939. Foram, ainda, publicados em 1940 uma biografia pelo Prof. Lúcio de Miranda, seu amigo e companheiro em Coimbra, e, graças a uma subscrição pública, o livro de poesia *O Livro da Vida: cânticos indianos*, com um proémio de Adeodato (Aljustrel, 1935, assin. Forçu Dèodát) sobre a poesia moderna.

Infelizmente, a maioria das obras que deixara manuscritas perderam-se e o regresso da viúva para Portugal travou a continuação do trabalho. O contacto com este espólio, onde abunda a sua actividade de dirigente académico e na imprensa, o pensamento

pedagógico e alguma correspondência significativa, terá sido decisivo para o crescimento da consciência político-cultural destes jovens. Um dos seus filhos, o dirigente sindical Kalidas Barreto (Montemor-o-Novo, 1932-Castanheira de Pera, 2020), que mal o conheceu devido ao falecimento precoce de Adeodato, conservou o que restava e procurou divulgar a memória do pai.

Adeodato Barreto (Margão, 1905-Coimbra, 1937)

Júlio Francisco António *Adeodato Barreto* passou a infância em Loutulim. Iniciou os estudos de liceu em Margão, onde dinamizou o jornal manuscrito *A Luz*, tendo completado o curso de letras no Liceu Nacional de Nova-Goa. Em 1923 viajou para Coimbra onde completou as licenciaturas em Direito (1928) e Ciências Filosóficas (1929) e o curso da Escola Normal Superior, extinto pela ditadura precisamente no ano em que o completou (1930). Durante esses anos envolveu-se na criação do Instituto Indiano na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (com biblioteca própria), e na criação e direcção do periódico *Índia Nova*, para além de colaborar com diversos periódicos e traduzir para português a biografia de Gandhi, de Romain Rolland. Ligou-se igualmente à Universidade Livre de Coimbra fundada em 1925, entre outros, por Joaquim de Carvalho e Aurélio Quintanilha. Integrou, ainda, o movimento académico republicano notabilizado pela resistência à ditadura. Participou na direcção do Centro Académico Republicano de Coimbra em 1928 e foi eleito seu presidente em 1929. Aí mostrou-se muito crítico do falhanço de republicanização da Universidade e das limitações das elites portuguesas coevas. Por essa altura começou a estudar o pensamento pedagógico de Rabindranath Tagore, interveio nas polémicas em torno do movimento nacionalista indiano e envolveu-se na extensão a Goa da consciência anticolonial. Simultaneamente foi procurando aprofundar os conhecimentos sobre a cultura e civilização indiana. Movendo-se nos ambientes de esquerda, preocupou-se com o avolumar do extremismo e da antidemocracia, interessando-se pela reflexão pacifista, pelos movimentos teosófico e esperantista, pelas críticas ao capitalismo, imperialismo e colonialismo e às narrativas civilizacionais europeístas.

Foi professor da Escola Bernardino Machado na Figueira da Foz em 1930-1931, desligando-se do ensino oficial após essa data. Passou a escrever em Montemor-o-Novo em 1932 onde fundou uma Liga Pró-Instrução que promovia a alfabetização de adultos e conferências. Entre 1933 e o seu falecimento em 1937 assumiu o cargo de notário em Aljustrel, onde fundou em 1934 o jornal *O Círculo*, dinamizou o ensino infantil e criou um curso de esperanto. Ao longo desses anos continuou a publicar em jornais e na revista *Seara Nova*, envolvendo-se em diversas polémicas, designadamente com António Ferro, para além de publicar *A Civilização Hindú* e deixar diversos inéditos. Esteve envolvido nas redes de apoio aos refugiados da Guerra Civil Espanhola. Faleceu num hospital em Coimbra, vítima de tuberculose.

Viajando para Lisboa

A viagem de barco para Lisboa implicava uma paragem obrigatória em Moçambique. JAL fica fascinado com a modernidade de Lourenço Marques e reporta a sua experiência para a imprensa goesa. Guarda na bagagem uma revista que testemunha este fascínio.

21. *Horizonte*: revista de actualidades (Semanal, Lourenço Marques, nº 1, 24.01.1945-nº43, 15.06.1946) - exemplar nº 5, 10.03.1945

De acordo com Ilídio Rocha no seu Catálogo dos periódicos Moçambicanos, o primeiro número *Horizonte* afirmava visar “combater por um Moçambique Maior, dentro de um Portugal indivisível”. A capa do exemplar exposto, com o título “Retrato duma cidade” oferece a imagem de uma cidade em pleno processo de modernização, destacando Lourenço Marques como “uma das cidades portuguesas mais moderna e dinâmica”.

Em Lisboa

20. *Casa dos Estudantes do Império, Bilhete de Identidade de JAL, Sócio nº 69,26 de Março de 1949, com papéis de cotas pagas ao CEI Índia*

Casa dos Estudantes do Império. Secção da Índia, Ofício nº 269/SI/49-50. Relatório da Gerência de 1949-50, Lisboa, 5 de Janeiro de 1951

Relatório assinado pelo Presidente, Jorge Ataíde Lobo. Datilografado. Cópia. Com bastante interesse para a história da secção da Índia da Casa. Entre outras acções, destacamos na página 2:

“5 - Colaboração com a imprensa goesa

Iniciou-se a publicação de uma Secção, sob a denominação - Voz de Lisboa- no jornal “A Voz da Índia”, a qual não pode ser continuada em virtude da proibição da publicação daquele jornal. Pensou-se, em virtude disto, continuar a secção em outro jornal goês, possivelmente “O Heraldão”, ideia que não pode ser efectivada por negligência do Delegado Geral do CEI no Estado da Índia.”

*Corrobora, ainda, uma informação, constante nos arquivos da PIDE respeitante à CEI, de que um dos membros da secção fora abordado por Francisco Xavier de Sousa - um exilado político em Bombaim e associado de Enio Pimenta (veja-se abaixo o jornal [Ressurge Goa](#)) - paratrocarem notícias e informações sobre a comunidade académica goesa em Portugal. Terá sido ele a fonte dos boletins de propaganda nacionalista que se encontram neste espólio? Seriam os antigos presos políticos ligados aos protestos iniciados em 18 de Junho de 1946 em Goa, que por esta altura viviam em liberdade condicional em Lisboa, alguns deles antigos colaboradores da *União Académica* e de *O Académico*? Ou seriam outros os canais de comunicação?*

Com excepção do trabalho pioneiro de Aida Freudenthal, o papel da *Secção da Índia* na *CEI* tem sido negligenciado, apesar da sua existência ter coincido com os primeiros protestos anticoloniais em Goa (1946-1949), com líderes nacionalistas sujeitos à situação inédita de cumprirem penas de prisão e depois residência forçada em Portugal em frágeis condições económicas, com a independência da Índia e com o início do conflito diplomático conhecido pelo “Caso de Goa”. As datas dos periódicos e panfletos abaixo coincidem com a passagem de JAL pela direcção da secção e da Casa, o que aponta para canais de comunicação e para a circulação interna destes materiais.

23. *Ressurge Goa: Órgão do Povo Goês* (Irregular, Bombaim, Nº espécime, 28.01.1950 -nº 107, 28 Fev. 1955). Exemplar nº 6 (Especial do Natal), 25.1.1950

Ressurge Goa, foi um jornal anticolonial publicado por Telo de Mascarenhas, que o redigiu substancialmente. Em português com artigos em concani e inglês. De acordo com declarações de Telo de Mascarenhas à PIDE, a secção em concani era assegurada por Enio Pimenta, o editor do jornal bilingue *Goencar*, porta-voz do Goa National Congress. Ficamos a também a saber que foi primeiro financiado pelo próprio e depois subsidiado por um fundo de apoio a exilados goeses, tendo uma tiragem média de 500 exemplares. Nas suas memórias Telo de Mascarenhas afirma que enviava o jornal para distribuição em Portugal, incluindo para Salazar, o que se confirma pelo Arquivo Salazar e arquivos da PIDE na Torre do Tombo.

O periódico foi um dos primeiros títulos criados pelos nacionalistas em Bombaim para defender a causa da integração de Goa no Estado Indiano. Entre as preocupações do jornal, destaca-se a de evidenciar a compatibilidade da identidade católica com o nacionalismo indiano. Na capa do número exposto destaca-se uma “Mensagem do Natal” com uma ilustração da pintora Ângela Trindade.

Diversos números do jornal foram tornados acessíveis no âmbito da exposição comum iniciada em 2017: https://expoimprensacolonial.fcsb.unl.pt/cla.html#ressurge_goa. Na ocasião, a Torre do Tombo colocou, ainda, em linha a documentação do processo de Telo

Mascarenhas.

Telo de Mascarenhas (Mormugão, 1899-Carmolím, 1979)

Menino Teotónio António de Mascarenhas, mais conhecido por *Telo de Mascarenhas* ou *Telo Mascarenhas*, destacou-se tanto pela actividade anticolonial quanto pela obra literária e de tradutor de obras clássicas e contemporâneas indianas.

Telo de Mascarenhas estudou em Goa até ao 5º ano do liceu tendo estado ligado aos fundadores da primeira *Revista Académica*, em 1919. Em 1921 viajou para Portugal onde completou o curso liceal e frequentou a escola de teatro do Conservatório. Estudou direito, primeiro na Universidade de Lisboa e depois em Coimbra, terminando o curso em 1930. Nesses anos esteve entre os jovens entusiastas do nacionalismo indiano e da cultura hindu, os quais em finais de 1925 procuraram criar um partido que doutrinasse as ideias nacionalistas em Goa. Nesse quadro, ligou-se, ainda, a Adeodato Barreto e José Teles na criação do jornal *Índia Nova*.

Após completar o curso passou por uma fase de adesão militante ao Estado Novo, mas a ruptura tornou-se evidente com a decisão de regressar à Índia em 1948, numa altura em que presos políticos goeses jaziam em Peniche. Uma breve passagem por Goa colocou-o logo sob os radares da polícia política, que o considerou responsável pelo crescimento da propaganda do MUD no território. Exilando-se em Bombaim, ligou-se ao Congresso Nacional (Goa) e fundou o *Ressurge Goa*, periódico que terminaria em 1955 para trabalhar na secção portuguesa da All India Radio. Saído em ruptura com a direcção política da rádio, em 1959 entregou-se às autoridades portuguesas e negociou o regresso a Portugal. Em Lisboa acabou processado e posteriormente condenado, já em Maio de 1962, a 24 anos de encarceramento. Tornou-se, assim, o último prisioneiro político goês em Portugal, só sendo libertado e encaminhado para a Índia em 1970. De regresso a Goa, *Telo de Mascarenhas* publicou as suas memórias e outras obras, e relançou o título *Ressurge Goa*. O jornal *Ressurge Goa* e o percurso nacionalista de *Telo de Mascarenhas*, bem como o seu legado literário e de tagoriano têm sido objecto de atenção académica

designadamente em artigos e teses.

21. *Congress Bulletin: National Congress (Goa)*. Bilingue inglês e português. Exemplar, nº12-50, 18 Novembro de 1950.

Com o título *Crop at Taleigão/ A Quarta Espiga em Taleigão* comenta a visita de propaganda do Governador-Geral, José Quintanilha (“o imortal Abegão”), a Taleigão. Contrasta a situação da Índia independente com a goesa sob as “patranhas do Império Colonial”.

25. *Congresso Nacional (Goa)*. *Goencho fuddar*. Boletim em concani. Impresso em Belgão. Exemplar, nº 5, 15 de Agosto de 1950, dia da independência da Índia.

Congresso Nacional (Goa), *Triunfar ou perecer é a mensagem de 18 de Junho*. Impresso em Belgão. Folheto em português-marata, datado de 18 de Junho de 1950.

Assinala o aniversário de 18 de Junho de 1946, quando iniciaram os comícios e protestos nacionalistas em Goa, o qual é actualmente comemorado como o “dia da revolução” anticolonial.

National Congress (Goa). *Public works in Goa*. Folheto, 2 de Julho de 1950

Crítica da política falhada de obras públicas do Governador-Geral, José Quintanilha.

Cobardês! Folheto datado 22 de Junho de 1950, assinado por António Furtado em Belgão

Folheto de defesa da sua honra, em torno do seu papel enquanto administrador das comunidades das Ilhas.

Os boletins e folhetos expostos respeitam a propaganda do Congresso Nacional (Goa) formado em 1946 no contexto dos protestos pelas liberdades cívicas na Índia Portuguesa que iniciaram a luta mais continuada e ampla pelo fim do domínio português.

António Furtado (Goa, 1898 – Margão, 1988)

*O local de impressão de parte destes folhetos do Congresso Nacional (Goa) aponta para a autoria de **António Furtado** recentemente exilado em Belgão com a sua mulher, **Berta de Menezes Bragança**.*

Tal como Adeodato Barreto e Telo de Mascarenhas, António Furtado estudou direito na década de 20 em Portugal e como eles pertenceu ao grupo de jovens estudantes nacionalistas cuja acção se tornou notória a partir de meados dos anos 20, na imprensa metropolitana e goesa. É por esta altura que Furtado se aproxima de T. B. Cunha.

*Após terminar o curso, António Furtado viveu alguns anos em Setúbal onde dirigiu o jornal republicano **A Vitória**, fundado em 1929 por José Romão Santos Ferro. Regressando a Goa em finais de 1931, estabeleceu-se como advogado e nos anos 40 exerceu o cargo de Administrador das Comunidades das Ilhas. Em 1950, por se recusar subscrever uma carta de repúdio das reivindicações de Nehru sobre a Índia Portuguesa foi demitido e obrigado ao exílio para não ser deportado, como vinha acontecendo com diversos nacionalistas. Entrava, assim, numa fase de ativismo declarado.*

*Com o regresso de T. B. Cunha à Índia, após a fuga de Portugal, fundavam em Outubro de 1953 o jornal **Free Goa**, editado em Belgão e desde Maio de 1955 em Bombaim, sob a direcção de António Furtado, cargo que manteve até Abril de 1956 quando foi substituído por T. B. Cunha. Em finais de 1953 criavam o *Goa Action Committee*. Em finais de 1954, António Furtado assume a função de administrador de Nagar-Avelly e em 1955 das áreas libertadas de Dadra e Nagar-Avelly. Com o falecimento de T. B. Cunha em Setembro de 1958, Berta Menezes de Bragança assumiu a direcção do jornal até ao*

fim do domínio português. O casal só regressaria a Goa em 1962, sendo António Furtado nomeado juiz da Relação. O casal manteve-se activo na vida política e cultural local, designadamente através da imprensa.

De regresso a Goa

28. *O Comércio: jornal de propaganda e defesa da actividade económica de Angola* (Diário, Luanda, 30.12.1933-1975) – exemplar nº 5141, 4.07.1961

A primeira página do exemplar exposto reporta as operações da guerra iniciada meses antes, terá sido enviado de Angola.

O Comércio (Luanda, 1933-1975)

João Manuel Rocha

No cabeçalho ostentava o vínculo à Associação Comercial de Luanda e o propósito de ser um “jornal de propaganda e defesa da actividade económica de Angola”, mas *O Comércio* foi também um diário alinhado com o Estado Novo. Tendo chegado às bancas como semanário, a 30 de Dezembro de 1933, em substituição do *Comércio de Angola*, o jornal fundado por Joaquim Faria converteu-se em diário matutino generalista que no início da década de 1960, período sobre o qual foi já feita alguma pesquisa, tinha como chefe de redacção Artur Ferreira da Costa, jornalista com experiência de cargos de chefia dos jornais lisboetas *Diário da Manhã* e *O Século*. Adepto do regime, a quem era reconhecida uma competência que contribuiu para fazer de *O Comércio* “um celeiro de autênticos profissionais da informação” (Melo, 1993, p. 158), Ferreira da Costa tornou-se em 1961, com o início da guerra colonial, voz familiar aos ouvintes da Emissora

Nacional, ficando conhecida a forma como iniciava as suas intervenções: “Daqui Luanda, fala Ferreira da Costa.”

Para além de Angola, O Comércio privilegiava no seu noticiário a metrópole, o estrangeiro, o desporto e as outras colónias. A acção do governador-geral e do governo da “provincia ultramarina”, as cerimónias oficiais, as políticas desenvolvimentistas, as reivindicações dos sectores coloniais estavam entre os assuntos de Angola a que então dava mais atenção. Ao contrário, dele, como da generalidade da imprensa colonial do território, estavam quase completamente ausentes as vivências africanas. À primazia dada à notícia, o jornal acrescentava espaços de crónica e comentário. Em 1972 e 1973 foi impresso apenas as vezes necessárias para manter a propriedade do título. Em 1974 ainda tentou regressar, mas encerrou definitivamente no ano seguinte, o da independência de Angola. As circunstâncias e razões do seu declínio estão por estudar.

Referência citada: Melo, A. Borges de. *História da Imprensa de Angola*. Rio de Janeiro: Semana Ilustrada, 1993.

29. *Heraldo: diário da manhã*. Exemplar n° 15511, 28.07.1961

Na primeira página destaca-se o artigo, “Querem voltar à carga? Portugal deu já a resposta: Não, Não e Não”. Comenta a notícia de que o “Grupo Afro-Asiático” iria pedir à ONU intervenção urgente pela repressão “impiedosa” dos nacionalistas angolanos por parte do poder português. Contrapõe a essa notícia as “cenas de selvajaria” protagonizadas pelos “terroristas”.

30. *Diário da Noite* (Nova-Goa/Pangim, 1.12.1919-30.6.1968) – exemplar n° 13899, 31.07.1961.

Destaques da primeira página: batalha de Bizerte no âmbito do conflito franco-tunisino; “Notícias de Angola” sobre a actividade dos “bandoleiros terroristas”, veiculadas pela agência Lusitânia; discurso do advogado António Bruto da Costa por ocasião da

inauguração da “Galeria de advogados” na comarca das Ilhas.

O *Diário da Noite* foi o segundo vespertino publicado em Goa, sendo fundado e redigido em português pelo professor primário e jornalista Luís de Menezes (1884-1962), conhecido pela sua escrita incisiva, que se estreara na redacção do diário *O Heraldô*, passado pelo *Heraldô* e integrado o *Debate* de Menezes Bragança, jornal que deixou para lançar este projecto jornalístico, para além de ter esporadicamente ter colaborado com outros periódicos como a *Revista da Índia* (Nova-Goa, 1913-1914) e *Jornal das Colónias* (Lisboa, 1927-1931). Foi o primeiro jornal a ter rotativas automáticas e páginas a cores na imprensa goesa.

Tendo nascido no quadro da matriz republicana destes periódicos, tomou uma feição política crescentemente conservadora. Em finais dos anos 20 combateu activamente o crescimento da propaganda nacionalista pró-indiana em Goa e a acção desenvolvida nesse âmbito pelo “Comité Goês” do Congresso Indiano, sustentando polémicas designadamente com o jornal *Pracasha* sobre a penetração do movimento Shuddhi em Goa. Em 1929, Luís de Menezes fundou, em suplemento semanal do *Diário da Noite*, o primeiro jornal em concani em Goa, o *Amchó Gão* que manteve até 1935 e que congregou a comunidade emigrante católica, sobretudo na Índia Britânica, dando voz às suas denúncias da sociedade goesa, bem como às preocupações com o impacto do nacionalismo indiano nas suas vidas³.

A sua proximidade ao poder vigente que espelha-se, por exemplo, na abundância de anúncios, no largo eco dado às posições do Estado Novo veiculadas pela agência *Lusitânia* desde o momento em que foi criada, designadamente no que respeita o “Caso de Goa” e as posições dos nacionalistas goeses no exílio, bem como, já em 1961 relativamente ao início da Guerra Colonial em Angola, como vemos no exemplar mostrado nesta exposição, ou, ainda, na integração do filho do fundador, Luís António de Menezes, numa “embaixada de Goa” à metrópole para fazer umas reportagens “do mundo português”, no mesmo ano de 1961.

³ Remy Dias, “Modernity as Crisis: Migrants ‘writing back’ in the Colonial Goan Konkani Newspaper *Amchó Gão* (1929-1933),” in *The Colonial Periodical Press in the Indian and Pacific Oceans*. Routledge, [a publicar em 2023].

Tal assídua proximidade permitiu não ver o jornal fechado em 1937 ao contrário do que aconteceu a muitos periódicos de oposição nessa ocasião e a ser-lhe dada uma latitude incomum na publicação de notícias, mas não impediu que em diversas ocasiões tivesse o seu trabalho censurado. António de Menezes, filho de Luís de Menezes, que lhe sucedeu na redacção do jornal, ofereceu, de resto, detalhes significativos para a história da censura em Goa e da forma como Luís de Menezes investiu no pacto entre jornais e leitores no conhecimento da existência de artigos censurados, a partir do momento em que passou a ser proibido mostrá-lo com espaços em branco ⁴.

Por outro lado, tal proximidade conviveu com a defesa da autonomia local e, em algumas ocasiões cruciais, com a reivindicação de direitos democráticos. Assim, em 1932 publicou ao longo de três números o célebre discurso de José Inácio de Loyola de crítica ao Acto Colonial⁵. De igual modo, o jornal envolveu-se ativamente nas eleições de 1945, e Luís de Menezes pertenceu aos autonomistas que em 1947-1948 integraram a comissão nomeada pelo governo para propor um novo estatuto do Estado da Índia, cuja actividade foi desde logo terminada pelo mesmo governo⁶. Dez anos depois, com Luís de Menezes já retirado devido a doença prolongada, os seus filhos foram responsáveis pela publicação no jornal de um Manifesto de apoio à candidatura de Humberto Delgado, da autoria de António Bruto da Costa e António Colaço⁷.

Em 20 Dezembro de 1961 apesar de não expressar euforia com o fim do domínio português após a tomada militar indiana dos antigos territórios da Índia Portuguesa, abriu o jornal com um garrafal “Jai Índia” (Viva a Índia) e passou a acompanhar de perto os acontecimentos. Nota-se simultaneamente uma mudança na linguagem política. Como sublinhado recentemente por Marcelló Assunção, foi um dos órgãos noticiosos a envolver-se activamente no movimento contra a integração de Goa no

⁴ Antonio Menezes, “A Imprensa Portuguesa,” *Gomantak Times*, 23 April 1994 apud Rekha Mishra, *History of the Press in Goa*. Tese de doutoramento. Goa University, 2004, pp. 211 e ss., 238.

⁵ Filipa Alexandra Carvalho Sousa Lopes, *As vozes da Oposição ao Estado Novo e a Questão de Goa (1950-1961)*. Tese de doutoramento em História. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017,

⁶ *Ibid.*, 112-113.

⁷ *Ibid.*, 278.

*Estado do Maharashtra*⁸. Nos anos seguintes, abundam igualmente o acompanhamento das notícias vindas de Portugal, sendo claro que entre as suas fontes contava-se a comunidade de refugiados goeses em Portugal. As dificuldades de sobrevivência económica decorrentes da drástica quebra de publicidade, terá conduzido ao fecho deste jornal.

Goa pós-colonial

33. *A Vida* (Margão, nº 1, 15.09.1938-nº8323, 31 de Maio de 1967?) - exemplar nº 5740, 22 de Dezembro 1961.

Destaque-se o editorial “Momento solene” - “Nesta comovente hora de triunfo dos nossos anseios...”, recorda os contributos para o fim do domínio português de intelectuais e líderes políticos como Menezes Bragança, Hegdó (Egdó) Dessai, Francisco Correia Afonso, Tristão de Bragança Cunha, dos prisioneiros e desterrados, e dos “obreiros subterrâneos” que em Goa operavam “em pé de guerra”. Afirma que a disputa em torno do Caso de Goa tinha sido sempre entre “nós, Povo de Goa, e Portugal” e não entre Nehru e Salazar.

A Vida foi um diário católico goês, que teve como primeiro diretor Francisco Xavier C. Lourenço e como redator Sales da Veiga Coutinho. Em 1942 com a morte de Francisco Xavier a direção que foi assumida em conjunto com a redação por Sales Coutinho, que manteve a sua posição até 1950, ano da sua morte.

Sales da Veiga Coutinho colaborou com *O Ultramar* durante um breve período de 1919 a 1921, e teve depois um percurso longo, de participação e direção nos jornais católicos na antiga colónia portuguesa. Começou por dirigir com Pedro Correia Afonso o *Suplemento Mensal* do jornal *Heraldo* (Dez. 1925- Nov. 1931). Nesse Suplemento criou-se uma equipa que continuou com o *Heraldo dos Domingos* (1932-1937).

⁸ Marcelló Assunção, “Poesia e Opinião Polít. Uma Análise do Engajamento Político Literário no Periodismo Goês Pós-Colonial (1961- 1967),” *Via Atlântica* 1(36), 167-194. <https://doi.org/10.11606/va.voi36.162013>

A linha editorial que tal como equipa vinha do Suplemento definia-se, logo na abertura do primeiro *Heraldo dos Domingos*, pelo pensamento cristão seguido no interior do catolicismo de intervenção, a Ação Social Católica. Através da ação dos crentes, pretendia-se ter um papel no rumo a seguir pela sociedade no seu todo, tornando-se numa referência de solidariedade e justiça social. “Pois a Ação Católica está perfeitamente indicada para os problemas peculiares destes tempos, derivados da secularização das sociedades, que teve lugar após a Revolução Francesa.”⁹ Defendendo uma atitude suprapartidária, enquanto estrutura leiga organizada e reconhecida pela igreja católica eram a favor da moralização da política, através da bondade das ações exemplares dos crentes, com uma participação ativa e militante nas questões políticas.

Na despedida em 1937, Sales destacava: “O atual despertar da Índia, com as reivindicações e as realizações que são a sua finalidade, foi não poucas vezes, o objeto das nossas reflexões, não contendendo, antes pelo contrário, com a doutrina da Igreja as justas aspirações ao levantamento e autonomia de povos e nações.”¹⁰

Em seguida Sales com um grupo da antiga redação do *Heraldo dos Domingos* criou a novo jornal *A Vida* como redator principal, onde vai manter linha de pensamento e ação. Como diretor aparecia, também, um desses membros da equipa já consolidada, Francisco Xavier C Lourenço. A confirmar esta postura, o jornal surgia como propriedade da Editora Cáritas, onde era impresso. Esta editora pelo nome que escolhera, assumia estar ligada à ação social católica, enquanto movimento leigo de apoio e intervenção nos problemas sociais, no sentido ecuménico e secular, já referido. Vários dos sócios da editora, pertenciam também à equipa editorial.¹¹ Seguindo este recorte humanista de participação exemplar e ativa nas coisas do mundo, a secção internacional e as de cultura e literatura tinham um peso bem definido no interior do jornal, manifestando um perfil democrático contra toda a espécie de totalitarismo. Outra linha permanente na política do jornal foi a defesa da continuação de uma Goa

⁹ Francisco Correia Afonso, A Ação Católica, *Heraldo dos Domingos*, nº7957, 3 janeiro de 1932 in AVM, Revista da Casa de Goa, nº16, 2022, pp. 16-21, p. 17

¹⁰ Sales da Veiga Coutinho, Palavras finais, *Heraldo dos Domingos*, nº 8638, 19 de dezembro 1937 in AVM, Revista da Casa de Goa, nº16, 2022, pp. 16-21, p. 20

¹¹ A Vida de 15 de setembro de 1963, p. 18

autónoma, num Portugal diferente. Assumiam, por isso, que a ditadura que se vivia em Portugal era coisa de pouco tempo, porque contrariava a forma de estar dos portugueses, provocando vários focos de oposição à mesma, nos quais se enquadravam. A comprovar esta posição destacamos um editorial de resposta a Gandhí em 1946 data da primeira *Satyagraha* em Goa, em 18 de junho, pela mão de *freedom fighters* como R. Lohia, Julião Menezes, TB Cunha, Berta Menezes Bragança, P. Kakodkar entre outros, presos e perseguidos por participarem deste movimento. Esta repressão contra ações de protesto pacífico pelas liberdades civis, teve como reação uma carta aberta de M. Gandhí ao Governador de Portugal em Goa, apelando ao bom senso e à necessidade de acompanhar os tempos de libertação dos povos.

Em resposta a essa carta, os editores de *A Vida* começaram por chamar a atenção para as diferenças do colonialismo português, face ao inglês e sul-africano com os quais Gandhí se tinha cruzado. Lembravam os vários representantes goeses no parlamento português e a vivência democrática que tinha permitido o desenvolvimento do debate e um acompanhamento partidário da parte dos goeses, até à atual ditadura. Demarcavam-se, assim, do tipo de militância a favor da futura incorporação de Goa na Índia quando independente do império britânico: “É certo que, nestes últimos anos, o tablado político mudou, mas quem estude história pode afirmar que a liberdade de expressão que nos falta e a privação do direito de representação de que nos queixamos, são um episódio que julgamos esporádico e de curta duração, porque é contrário, a um tempo, à história de Portugal e aos princípios cristãos que o Estado português professa.”¹²

Após a morte de Sales da Veiga Coutinho foi Nicolau de Noronha, padre e professor no Seminário de Rachol, quem assumiu a direção do jornal, entre 1950 e 1951. Nesta data foi substituído pelo médico José Jesus Maria Gomes ao qual se juntou, já em 1957, como redator principal, o antigo director do Suplemento Mensal do *Heraldo*, o agrónomo Pedro Correia Afonso. A linha editorial manteve-se, no quadro do movimento social da igreja e do movimento leigo de intervenção católica, que anunciavam as reformas do Concílio Vaticano II (1961-1965). Em 1955, o jornal manifestou-se contra a intervenção da Índia, agora já independente do domínio britânico, na libertação do

¹² Editorial, A Inquietude Guesa: o Mahatma... in *A Vida* de 4 de julho de 1946

domínio português sobre os enclaves de Dadra e Nagar Haveli.

Como vemos na exposição, a 22 de Dezembro de 1961, [A Vida](#) saiu com um editorial de apoio à libertação de Goa. Demarcando bem o momento em que tudo tinha mudado, o autor aponta para o ano de 1947, ano esse que culminava uma série de tentativas frustradas para se constituir uma oposição democrática ao governo de Salazar em Goa, que terminara em prisões e exílios. Nesse sentido, o autor do editorial destacava positivamente nomes como, Meneses de Bragança, Hegdó Dessai ou TB Cunha, mas também, o de Francisco Correia Afonso que morrera no exílio voluntário de Bombaim, atacando por sua vez o governador português Vassalo e Silva e o ditador Salazar. Reconhecia-se ser aquela vontade do povo de Goa: a bandeira tricolor da União Indiana.

¹³ *Outra coisa que mudou a partir de dezembro de 1961 foi o cabeçalho do jornal que deixou de trazer o nome do redator e diretor, mantendo apenas que era propriedade da Editora Caritas, isto até 1962. Nesse ano o jornal continuou a ser impresso na Editora Caritas, mas teve como editores, primeiro Bernardo dos Reis até 1964, seguido de Hugo Sousa, até 1967. O ano de 1961 marcou, também, o aparecimento esporádico de artigos em inglês.*

*O ano de 1963 foi para o jornal o ano do seu Jubileu tendo saído a 15 de setembro um número dedicado à história daquela linha editorial, nascida do *Heraldo*. Vários testemunhos são apresentados e ficamos a saber que, logo no início do jornal, Sales da Veiga Coutinho fora recusado pelo governo português como diretor. Ficamos, também, a saber, acerca do mau estar que se foi criando entre a redação do *Heraldo* e a redação do *Heraldo dos Domingos*, o que levou ao fim daquele suplemento e ao início de *A Vida* pouco depois. ¹⁴ Também as perseguições policiais são relatadas através das constantes chamadas à polícia. Nesse mesmo ano de 1963, o jornal apoiou a campanha dos *United Goans* contra a fusão com o estado vizinho do Maharashtra e que levaria ao referendo *Opinion Poll* de 1967, em resultado do qual Goa se manteve como território da União Indiana e abriu caminho para uma maior autonomia. Neste período o jornal fez ainda uma defesa do concani e do português publicando literatura e poesia em ambas as*

¹³ Editorial, Momento Solene in *A Vida*, 21 dezembro 1921

¹⁴ António Colaço, Jubileu de prata? In *A Vida* de 15 de setembro de 1963, p. 3

línguas como marcas de identidade. Terminou para dar lugar ao jornal concani *Dívtti* (Vida).

34. *The Navhind Times* (Pangim, 18.02.1963-continua) - exemplar 19.12.1963

Número dedicado ao segundo aniversário da queda do domínio português. A página exposta “Liberation day and after...” constrói uma narrativa fotográfica de momentos simbólicos. Fecha com a imagem “People in Goa kneel at the tomb of St. Francis Xavier and thank him for their deliverance”.

The Navhind Times (Pangim, 1963-continua)

Frederick Noronha

(traduzido)

O *The Navhind Times*, fundado em 1963, foi o primeiro diário em inglês iniciado em Goa, em formato grande após o fecho da maioria dos antigos jornais da era portuguesa. Foi, e continuou a ser propriedade da família Dempo, uma importante empresa em Goa. Anteriormente, os Dempo estavam no negócio da mineração, mas abandonaram esse ramo há uma década. É considerado um jornal de referência, mas também cauteloso e conservador na sua abordagem. Os seus editores incluíram o escritor “freedom fighter” Lambert Mascarenhas (coeditor na década de 60), o influente jornalista KSK Menon, o inflamado Bikram Vohra e o jornalista decano Arun Sinha, recentemente retirado. Durante quase duas décadas (entre 1963 e 1983, com curtas exceções), foi o único diário goês em língua inglesa, tornando-se nesse contexto uma voz influente e dominante.

34. *Harpa Goesa*: revista do “Centro de Cultura Latina” de Goa (Pangim, nº 1, Dezembro de 1968-nº 12, 1979). Exemplar, nº 2, Dezembro de 1969.

Harpa Goesa foi uma revista ligada ao Centro de Cultura Latina de Goa, em Pangim. Foi fundada em Dezembro de 1968 por Renato de Sá, então diretor do Centro, e publicada até ao ano da sua morte, em 1979. Deve ser destacado que a fundação da *Harpa Goesa* deve ser enquadrada numa série de iniciativas editoriais, datáveis entre o fim da década de 60 e o começo da década de 80, viradas a problematizar e contrariar as tendências de lusofobia a enraizarem-se em Goa depois do fim do colonialismo, embora gradualmente. Com efeito, o Centro de Cultura Latina foi fundado em 1964, com o intuito de divulgar a cultura de língua portuguesa em Goa, contando com um espólio bibliográfico bastante rico em livros e periódicos procedentes de Brasil e Portugal, oferecendo cursos de português e tendo fomentado, durante os anos da sua atividade, a abertura de concursos literários destinados aos seus estudantes. Os estudantes do Centro eram, aliás, os principais autores dos artigos publicados em *Harpa Goesa*.

Sendo uma publicação anual, os seus editoriais, sempre assinados por Renato de Sá, serviam não só para contextualizar os artigos que constituam os números, mas sobretudo para fazerem propaganda das atividades do Centro de Cultura Latina no então ano transato. O problema da rejeição da língua portuguesa em Goa, e da cultura a esta associada, é um leitmotiv que aparece em cada número; porém, se comparados com outras publicações periódicas irmãs daquela altura - problematizando o problema do português em Goa -, os editoriais de Renato de Sá não se destacam por apresentar um quadro trágico da situação. Baseando-se na experiência direta do Centro, e observando a adesão às suas atividades pelos goeses, os seus comentários denotam uma certa positividade, resultando bastante persuasivos no que concerne a necessidade pragmática de cultivar o português, em vista de uma estratégia de internacionalização da cultura de Goa. Apesar disso, a *Harpa Goesa* partilhou o mesmo destino de uma das suas revistas coevas, *O Globo*, a qual, no fim da sua vida, desistiu da exclusividade linguística do português, passando a publicar textos em língua inglesa também.

B) Colectâneas¹⁵

72. *García, José Luís (ed.), Mário Domingues, a afirmação negra e a questão colonial: textos 1919-1928. Lisboa: Tinta da China, 2022.*

Colectânea de artigos de Mário Domingues compilados e organizados por José Luís García com um ensaio introdutório. Reproduzimos a sùmula biogràfica da autoria de García.

Mário Domingues (ilha do Príncipe, 1899 - Lisboa, 1977)

Mário Domingues foi jornalista, cronista, tradutor e escritor. A sua mãe era negra, natural de Angola, tendo sido levada para a ilha do Príncipe com 15 anos, para trabalhar na roça Infante D. Henrique. O pai era português branco, funcionário dessa roça, e trouxe-o para Lisboa com 18 meses, onde foi criado pelos avós paternos num ambiente de classe média. Realizou o curso de Comércio no antigo Colégio Francês, em Lisboa. Iniciou a vida profissional nos finais da década de 1910 como ajudante de guarda-livros e correspondente de francês e inglês e, aos 19 anos, começou a publicar contos no diário anarquista *A Batalha*. Em Novembro de 1919, tornou-se jornalista profissional daquele diário, sinalizando o início de uma actividade muito intensa, marcante e brilhante no jornalismo, sendo responsável por três títulos da imprensa negra nas décadas de 1920 e 1930 e mantendo colaborações em muitas outras publicações, entre elas o *Repórter X* e *Detective*. Escritor prolífico, publicou novelas, romances, peças de teatro, policiais, ficções de cowboys, aventuras e evocações históricas, entre os quais *Hugo, o Pintor* (1923), *A Audácia de Um Tímido* (1923), *Entre Vinhedos e Pomares* (1926), *Anastácio José* (1928), *O Preto do Charleston* (1930), *O Crime de Sintra* (1937), *Uma Luz na Escuridão* (1938), *O Cavaleiro, o Monge e o Outro* (1947) e *O Menino entre Gigantes* (1960). Exponente da pseudonímia, assinou muitas obras com

¹⁵ Secção contribuída por Adelaide Vieira Machado, Daniela Spina e Sandra Ataíde Lobo.

nomes ingleses e franceses, ou inventando tradutores fictícios. Traduziu romancistas como Henry Fielding, Walter Scott, Charles Dickens, George Eliot e Stefan Zweig. Foi casado duas vezes e teve quatro filhos.

50. *GIP (Francisco João da Costa), Jacob e Dulce (scenas da vida indiana)*. 3ª ed. prefaciada por Jeremias Xavier de Carvalho. Pangim: Jeremias Xavier de Carvalho, 1974

À medida que *Jacob e Dulce. Scenas da Vida Indiana* se desenrolou na coluna *Notas a Lápis* assinada por GIP, em aparições semanais a partir de 10 de Novembro de 1894 até 1 de Junho de 1895, foi causando vívida sensação entre os leitores do *Ultramar*, entre os risos daqueles que reviam criticamente a sua sociedade e o desconforto de quantos se imaginavam pessoalmente retratados nas personagens e cenas satirizadas. Como em outras *Notas a Lápis*, a pena mordaz de GIP, à qual não faltavam elementos de ternura, deliciava-se com estas confusões identitárias entre o seu público leitor e os grupos nativos e lusodescendentes que constituíam, ou aspiravam a constituir, as elites provinciais da sociedade colonial goesa finissecular. Confusões que eram também as geradas pelos esforços de exibição de padrões europeus, erigidos em referente de civilidade e distinção, em lutas hilariantes com os costumes locais. *Jacob e Dulce*, como outros escritos seus, distinguiu-se, ainda, pelo abundante recurso ao concani, a língua local de Goa, e pela abordagem da comunicação coloquial.

Para sua surpresa, a popularidade de *Jacob e Dulce* em breve transbordou as fronteiras de classe quando, ainda em 1895, Aleixo Caetano José Francisco em Bombaim compilou e traduziu a história para concani, intuindo o interesse da pequena burguesia emigrante em rir-se à custa das suas elites. Em 1912 Aleixo Francisco reeditava esta tradução, agora em Goa. Só um ano depois da primeira edição concani, *Jacob e Dulce* conhecia uma edição portuguesa em formato de livro, publicada para ajudar a manter o funcionamento da tipografia de *O Ultramar* num momento em que a actividade jornalística estava banida em Goa, devido à violenta repressão que se seguiu à chamada *Revolta dos Ranés*. Em 1907, António Maria da Cunha, proprietário da editora Casa Luso-Francesa e, em breve, do *Heraldo*, publicava uma segunda edição, com novo

prefácio, que também se esgotou rapidamente. Em 1922, o mesmo António Maria da Cunha devolvia-o às páginas de um jornal, o *Heraldo* por si dirigido. Em 1974 é publicada a 3ª edição em português aqui exposta. Em 2017, a editora Under The Peepal Tree republicava um facs. da 2ª edição. Também no século 21, um sobrinho-neto de Gíp, Álvaro Noronha da Costa traduzia a obra para inglês publicando-a em 2004, tendo antes divulgado partes da tradução na revista do Instituto Menezes Bragança, *Govapuri*. Estamos, perante a obra literária goesa mais traduzida e reeditada que tenhamos conhecimento, constituindo um dos maiores sucessos editoriais dessa literatura ao longo de mais de um século. É, adicionalmente, uma das suas obras mais estudadas.

Francisco João da Costa (Margão, 1859-1900)

Ao contrário de *Gíp* com as suas *Cenas da Vida Indiana*, o autor que criou este como outros pseudónimos, Francisco João da Costa, tem merecido pouca atenção e investigação, sendo esparsos os seus dados biográficos. Sabe-se que era sobrinho do fundador de *O Ultramar*, primeiro jornal de iniciativa privada em Goa. Decorre que pertencia a uma das famílias mais relevantes na política goesa, com significativa intervenção também em Portugal desde o vintismo, sendo o seu avô Constâncio Roque da Costa, eleito ao lado de Peres da Silva e António José da Lima Leitão para as cortes constituintes.

Francisco João da Costa, nasceu no ano em que se iniciou *O Ultramar*, sendo neste jornal que sobretudo escreveu. Foi, além disso, advogado provisionário, uma figura da sociedade colonial que foi uma das suas fontes de inspiração. Começou a colaborar esporadicamente para o jornal da família em 1879, num período de remodelação do seu perfil, tendo-se destacado em 1882 ao apelar à comemoração do centenário de Pombal em Goa, pela sua importância para a afirmação da cidadania goesa. Há indícios de que terá vivido entre 1883 e 1885 em Bombaim, provavelmente para estudar. Quando regressou assumiu entre meados de 1885 e 1886 a redacção da *Revista Estrangeira* n' *O*

Ultramamar, uma colaboração fundamental para entender o seu pensamento político e social. Após um aparente interregno de seis anos, Francisco João da Costa, então com 32 anos, recomeçou a escrever regularmente para o jornal, adoptando agora um estilo satírico no comentário político e de costumes. Em Setembro de 1892 iniciava a coluna *Notas a Lápis* e, no mês seguinte, inaugurou o seu mais famoso pseudónimo, para além de em diversos períodos assegurar, sem assinatura, partes significativas do jornal. Colaborou, ainda, esporadicamente em outros periódicos em Bombaim e em Goa. Em 1896, para além de *Jacob e Dulce* publicou uma obra de polémica política em torno do confronto nativismo-europeísmo que os violentos acontecimentos em torno da Revolta dos Ranes colocaram na ordem do dia. Neste livro, *O Europeísmo e a Revolta*, que publicou com o pseudónimo André Paulo, discutiu, entre outros assuntos, a consciência política local e apontou para uma concepção da política em ambiente colonial.

75. Costa, António A. Bruto da. *Goa: a terceira corrente: discurso, artigos, cartas e defesas forenses... seleccionados e apresentados por Mário Bruto da Costa*. Bombaim: Isabel Bruto da Costa, 2013.

António Anastácio Bruto da Costa (Cuelim, 1902-Margão, 1984)

António Bruto da Costa viveu toda a sua vida em Goa. Foi o último director de *O Ultramar*, cargo que assumiu aos 31 anos em 1933. Foi, ainda, um advogado de renome que se dispôs a defender presos políticos, antes e depois de 1961. Em 1941 encerrou o jornal da família, após 82 anos de existência, cansado de lutar contra as constantes mutilações da censura. Entre 1937 e 1939 vira, como outros directores de jornais independentes, o jornal processado e suspenso.

Bruto da Costa manifestou-se no jornal e por outros meios como um firme opositor do *Acto Colonial* e do regime, e como defensor da autonomia política da Índia Portuguesa. Opôs-se, igualmente, ao movimento nacionalista pró-integração na federação indiana, tendo liderado o chamado “Círculo de Margão”, da “terceira corrente”. Esta corrente

caminho da luta pela autonomia para a reivindicação da autodeterminação plebiscitada. Isto é, da reivindicação de autogoverno no quadro português, para a defesa da existência de uma nação goesa com uma especificidade e uma consciência identitária distintas de Portugal e da Índia.

Em 1946, então vogal do Conselho do Governo do Estado da Índia, integrou a primeira de sucessivas comissões para estudar um novo estatuto político para a Índia Portuguesa, uma manobra política para acalmar ânimos, sem que houvesse efectiva intenção de abrir esse caminho. Ao longo dos anos não deixou de insistir na sua necessidade, quer em escritos diversos, quer em conversas com os representantes do poder português, inclusive com Salazar. Já em vésperas da queda do domínio português fez mais uma tentativa e apelou para a abertura de negociações com o governo indiano. Aquando da tomada de Goa pelas tropas indianas, protestou como já tinha feito no caso de Dadra e Nagar-Aveli, contra a violação do direito internacional, acusando Nehru de quebrar com o pacifismo Gandhiano e reivindicando o direito à autodeterminação. Ainda em 1974, protestou junto a Mário Soares contra a legitimação da invasão. Ficou ainda célebre por esmurrar um Governador-Geral após ser atacado pelo mesmo, sendo o segundo membro da família a chegar a vias de facto com um governador português.

O Ultramar (Margão, 1859-1941)

O Ultramar nasceu como um semanário, sendo o primeiro jornal goês publicado com tipografia própria, a qual rivalizava em recursos técnicos com a Imprensa Nacional. Nasceu por iniciativa do antigo deputado pela Índia, Bernardo Francisco da Costa, filho do deputado vintista Constâncio Roque da Costa. Em 1904, O Ultramar tornou-se bissetimanal. A sua importância política foi tal que o grupo político que representava

ficou conhecido como “Partido Ultramarino”. A sua existência foi marcada pela alternância entre períodos de aproximação e de conflito com o poder português. Foi frequentemente acusado de porta-voz do nativismo e dos interesses da elite brãmã de Salsete. Esta acusação atingiu o rubro aquando da Revolta dos Ranês, que obrigou ao exílio numerosos membros do partido, num momento em que crescia na administração colonial, civil e militar, o nacionalismo colonialista de pendor particularmente racista.

O *Ultramar* inaugurou uma nova era no jornalismo goês, sendo particularmente marcante pela sua intervenção política e cultural. Desde a sua fundação publicou folhetins por autores locais, portugueses e estrangeiros, entre eles, durante 20 anos o famoso *Rocambofe*. No século 19, sobretudo, sua tipografia teve ainda um papel importante para a criação de imprensa cultural e para a publicação de autores locais. Inscreveu-se na tradição do jornalismo de combate e opinião.

Durante a monarquia, o Partido Ultramarino esteve ligado ao Partido Regenerador metropolitano, apesar de ter sido durante um consulado regenerador que se deram os acontecimentos de 1895, aos quais a família Costa e os Regeneradores goeses surgiram associados. Sustentou polémicas importantes, como a da reforma do exército da Índia, e a envolvendo o destino das comunidades agrícolas. Devido às polémicas que sustentou contra a acção do patriarcado em Goa e contra a corrente mais conservadora da Igreja, no século 19 foi frequentemente acusado de ligações à maçonaria e a sua subscrição foi por longos anos proibida aos católicos (desde finais dos anos 80 até inícios do século 20).

Aderiu à república, criticou a lei da separação do Estado e da Igreja e o papel periférico votado à Índia na representação nacional. Em 1918 integrou o protesto contra a suspensão da Carta Orgânica de 1917 e o movimento abstencionista. Apoiou ao 28 de Maio e o princípio da ditadura, mas passou à oposição na governação de Craveiro Lopes. Posicionou-se contra o Acto colonial e apelou à abstenção aquando do plebiscito constitucional. Foi suspenso três vezes: 1895-1897 durante a suspensão geral da imprensa; 1911, por dois meses durante epidemia de peste em Margão; 22 de Junho de 1937 por portaria. Retomou a edição a 10 de Abril de 1939, na sequência da portaria do

Governador-geral, José Cabral. Terminou a edição por decisão própria face ao regime de censura.

18. Barreto, Adeodato, *Civilização hindu*. Lisboa, Edição da Revista Seara Nova, 1935 (publicado em Maio de 1936) - ex. em m.m.e.

A *Civilização Hindu* foi primeiro publicada na revista *Seara Nova*, entre o nº 423, 10 de Janeiro de 1934 [10 de Janeiro de 1935] e o nº 474, 16 de Abril de 1936. Apontando caminhos para um humanismo reformulado, Adeodato Barreto dedica-se nesta obra a discutir o que considera os traços característicos da civilização indiana, em contraponto com a civilização europeia/ocidental. Sendo uma obra com cunho anticolonial, comungando características com obras que o antecedem no exercício de comparativismo civilizacional, a sua crítica ultrapassa a questão colonial, antes enquadra-a na busca de soluções amplas para apreensões e tensões prementes da humanidade. É uma obra que começa a merecer alguma atenção académica.

Sobre a revista *Seara Nova* e o seu papel na democracia portuguesa, e para aceder aos seus números digitalizados com ficheiro analítico dos artigos, para além de outra documentação, veja-se http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/o_monumento_democratico.

24. T. B. Cunha. *The Goa Problem. Correct Approach to its Solution*. Bombaim, "Sunshine", Churgate Reclamation: edição do autor, 1954.

Colectânea de artigos sobre o problema da libertação de Goa. Apesar de não ter indicada a origem da publicação, parte significativa respeita a artigos publicados no jornal *Free Goa*, por vezes com títulos diferentes. É possível que os outros tenham sido publicados na revista *The Goan Age* e no *Azad Goem*.

Goa's freedom struggle (selected writings of T. B. Cunha). Bombay: Published by António da Cruz for Dr. T. B. Cunha Memorial Committee; printed by Jayant S. Bhatt at the New Age Printing Press, 1961.

Com posfácio de Nehru, prefácio de K. M. Panikkar e uma nota biográfica não assinada da autoria de Berta de Menezes Bragança. Colectânea de artigos e folhetos.

Tristão de Bragança Cunha (Chandor, 1891-Bombaim, 1958)

Nascido no seio de uma família de grandes proprietários, conhecido por Tristão de Bragança Cunha ou **T.B. Cunha**, foi consagrado na memória anticolonial goesa como o “pai” do nacionalismo goês. Após estudar em Pondicherry, seguiu em 1912 para Paris onde viveu 14 anos, formando-se em engenharia eléctrica. Sobretudo na década de 20, durante a qual aderiu à 3ª Internacional, movendo-se nos ambientes anticoloniais e de esquerda que confluíam para a capital francesa, envolveu-se nos movimentos nacionalista indiano e anti-imperialista, tendo publicado em jornais e revistas de relevo. Com o golpe militar de 1926, regressou logo a Goa e iniciou uma intensa actividade política e jornalística dispersa, de difusão das ideias marxistas, anti-imperialistas e nacionalistas, de denuncia da situação de Goa sob domínio português, e de defesa indianidade goesa. Em 1928 fundou o Comité Goês do Congresso Nacional Indiano (CNI) num momento de reconfiguração da organização, reconhecido na reunião anual do Congresso ocorrida entre 28 de Dezembro de 1928 e 1 de Janeiro de 1929 em Calcutá.

Após a publicação do Acto Colonial, moveu-se crescentemente entre Goa e Bombaim, e ligou-se a diversos projectos editoriais em colaboração com os irmãos Carlos e António da Cruz. Assistiu ao revés da desfiliação em 1934 do Comité Goês pelo CNI, quando foi tomada a decisão de abdicar do carácter transimperial do mesmo.

Envolvido no movimento pelas liberdades cívicas na Índia Portuguesa, iniciado em 1946 por ocasião da estadia do socialista indiano Ram Monohar Lohia em Goa, foi o primeiro activista recambiado para Portugal na sequência de uma condenação a pena de prisão (8 anos). Durante o aprisionamento começou a sofrer de problemas cardíacos. Após 4 anos e meio em Peniche que lhe permitiu contactar presos políticos portugueses dos mais diversos quadrantes como recordaria posteriormente, foi libertado no quadro de uma

amnístia, mas proibido de abandonar o território. Sobreviveu graças às remessas que o casal Furtado enviava para Portugal e para outros membros da família na Europa. Conseguiu escapar em Maio de 1953 iludindo os serviços de fronteiras e provocando a ira do regime. O primeiro destino foi Paris onde se encontrava um irmão. Em Junho, num gesto provocatório, o neorrealista *Ler: jornal de letras, artes e ciências*, das Publicações Europa-América, publicou um artigo seu, assinado com as iniciais T. B. C. Tratava-se de uma reflexão em torno da recente publicação em França de uma obra do escritor Mulk Raj Anand, onde fazia referência a Berta de Menezes Bragança, na qualidade de escritora bilingue (<http://ric.slihi.pt/visualizador/?id=20003.015&pag=7>). Chegou à Índia no início de Setembro, instalando-se em Bombaim.

As condições estavam criadas para arrancar a 10 de Outubro com a publicação do *Free Goa* em Belgão, o qual manteve até Abril de 1956 o subtítulo “forthnightly organ of Portuguese India’s liberation”. Envolveu-se, ainda, na fundação em Bombaim da revista *The Goan Age* (1954) e do jornal concani *Azad Goem* (Goa Livre, c. 1954-c.1956). Nos anos seguintes manteve intensa actividade jornalística e de mobilização política, dinamizando a “Goa Action Committee” que criou e dirigiu desde a sua chegada. Na sua luta sobressaiu a pressão sobre Nehru para que a questão de Goa, e dos restantes territórios sob domínio português, deixasse de ser abordada como problema de passagem da soberania. Como vinha defendendo, a questão antes devia ser encarada como respeitando a território indiano invadido que cabia libertar. Faleceu a 26 de Setembro de 1958 devido a problemas cardíacos. Tem merecido alguns estudos, entre eles doutoramentos.

32. Bragança, Bertha Menezes, *Landmarks in my time. Selected writings*. Prefácio de Ashwin Tombat, editor do *Gomantak Times*. Margão: ed. autor, 1992. (biblioteca de JAL)

Colectânea de artigos, alguns anteriormente publicados no *Free Goa*, sem indicação de origem. Inclui dois textos sobre T. B. Cunha, a quem dedica a obra.

Berta de Menezes Bragança (Cuelim, 1911-1993)

Filha de Luís de Menezes Bragança, **Berta de Menezes Bragança** iniciou a actividade política aos 17 anos quando em 1929 começou a colaborar com o tio no âmbito do Comité Goês do Congresso Nacional Indiano. Na década de 30 foi responsável pela mobilização da juventude, no âmbito do comité. Dedicou-se, igualmente, à publicação de contos e ensaios na imprensa, designadamente em *O Académico*. Em 1945 tornou-se delegada em Goa da Goan Youth League (GYL), formada em Bombaim em 1943. Participou e discursou nas manifestações de 1946. Desde essa altura até 1950 foi activa na distribuição de propaganda nacionalista, uma acção que continuou no exílio em Belgão. Em 1952 tornou-se presidente da delegação em Belgão do Congresso Nacional (Goa) e no ano seguinte envolveu-se na fundação do jornal *Free Goa* para o qual contribuiu assiduamente, tendo, designadamente, feito a reportagem do último Satyagraha nas fronteiras de Goa que terminou num morticínio, a 15 de Agosto de 1955. Em 1958 passou a dirigir o jornal, com o falecimento de T. B. Cunha. Por esses anos participou em diversas organizações nacionais e internacionais visando pressionar a decisão da acção militar indiana sobre Goa. Entre elas, em Janeiro de 1961 participou da 1ª Conferência Afro-Asiática de Mulheres, no Cairo, seguindo daí para a Rússia a convite da delegação soviética. No mesmo ano integrou o grupo que publicou os escritos seleccionados de T. B. Cunha. Regressou a Goa após a libertação, onde, para além da actividade política, dedicou-se à preservação da memória intelectual do pai, publicando em colaboração com António da Cruz *Meet Menezes Braganza: selected articles* (1963) e *Prosas dispersas* (1965). Dedicou-se, ainda, ao Instituto Menezes Bragança herdeiro do Instituto Vasco da Gama. Nos anos 80 contribuiu para a criação da biblioteca da Universidade de Goa, à qual doou a sua biblioteca. No mesmo ano em que lança *Landmarks of my time*, publicou uma selecção de escritos de António Furtado, *Speeches and writings* (2 v.). Faleceria no ano seguinte. Apesar da sua importância, tem sido uma intelectual pouco estudada.

36. Bragança, Luís de Menezes. *Prosas dispersas. I. (política-administração-ensino)*. Editado pela Comissão de Homenagem à Memória de Menezes Bragança. Pangim: Constâncio Mascarenhas, President Menezes Bragança Memorial Committee, 1965 (biblioteca de JAL)

Colectânea de artigos publicados no *Debate* e *Pracashia*, com uma “Breve notícia biográfica de Luís de Menezes Bragança” (116 p), publicada no ano em que foi erguido um busto em sua homenagem em Margão.

Luís de Menezes Bragança (Chandor, 1878-1938)

Luís de Menezes Bragança mais conhecido por *Menezes Bragança*, definia-se, antes de mais, como jornalista. Imprimiu uma marca de independência e qualidade à sua escrita dispersa por diversos periódicos e aos jornais que dirigiu (*O Debate*, *Pracashia*), que cedo lhe valeu o qualificativo de maior jornalista goês do seu tempo. Não foi por acaso que Menezes Bragança se tornou a grande figura da República em Goa, devendo-o à forma como chamou a si o ideal do intelectual republicano, sobre cujo papel tinha uma concepção precisa, papel de despertador de mentes e não de representante da opinião pública, ou servidor de partidos políticos.

O percurso deste livre-pensador e democrata, que foi evoluindo em constante diálogo entre princípios, ideias e leituras da realidade, ilustra a história do republicanismo em Goa e do seu lastro para as gerações futuras. Um percurso marcado primeiro pela esperança num progressivo caminhar para a autonomia local, e depois pela recordação da particular fragilidade dos colonizados perante as viragens políticas dos colonizadores, conduzindo à ideia de libertação. Entre uma e a outra fase deu-se a confluência com o nacionalismo indiano, sem que se apagasse a corrente que persistiu na possibilidade de autonomia no quadro português. A primeira fase, e os debates que a acompanharam, pode ser acompanhada no *Debate*; a segunda define-se sobretudo no *Pracashia*. Em 1924, depois de um retiro da vida pública, desiludido com os rumos da república em Portugal e em Goa, aceitou representar Goa no 2º Congresso Colonial em Lisboa, para defender a causa da autonomia local. Usou a viagem para fazer um périplo europeu e o contacto com a realidade de crescimento da extrema-direita e da sua acção violenta um pouco por todo lado, levaram-no a reentrar na vida pública. Foi das primeiras vozes a denunciar o carácter ditatorial e antirrepublicano do 28 de

Maio. Em 1928, num momento em que acabara de ser eleito para o Conselho do Governo integrado numa lista única de oposição à ditadura, acompanhou, na qualidade de repórter, a comitiva de T. B. Cunha de reconhecimento oficial do Comité Goês do Congresso Nacional Indiano, um gesto que não podia deixar de ter um significado político e como tal foi interpretado.

Menezes Bragança legou ao imaginário da resistência goesa ao salazarismo um discurso magnífico contra o Acto Colonial em pleno Conselho de Governo. O discurso culminou com a declaração do direito inalienável da Índia, como de qualquer povo, à autodeterminação. Para além de múltiplas homenagens após o seu falecimento, em 1963, foi decidida a mudança do nome do Instituto Vasco da Gama para Instituto Menezes Bragança, a partir de 10 de Julho desse ano, data do 25º aniversário da sua morte. É um jornalista que tem merecido crescente atenção académica, designadamente uma tese de doutoramento de Sushila Sawant Mendes, membro do GIEIPC-IP.

O Debate (Nova-Goa, 1911-1921)

O Debate foi um semanário republicano democrata, apartidário e livre-pensador. Apoiante da governação de Couceiro da Costa. Oposição ao sidonismo e à governação de Freitas Ribeiro. Promotor do movimento abstencionista. Publicava muitos folhetins e extratos de obras particularmente de autores portugueses, brasileiros, espanhóis e franceses. Transcrevia numerosos artigos sobretudo de jornais e revistas da Índia Inglesa, metropolitanos e franceses. Nos últimos anos, exceptuando o “Diálogo dos balcões” de Fra Diavolo (António Leite de Magalhães), era totalmente redigido por Menezes Bragança, com pontuais colaborações normalmente surgidas em contextos polémicos. Esta evolução acentuou a linha editorial do jornal que desde o primeiro número assume ser o órgão de Menezes Bragança, o qual se apresentava como um intelectual republicano, e não um “representante da opinião pública” classificativo que sempre recusou.

Pracasha [Luz]. Bissemanário político e noticioso (Nova-Goa, 1928-1937)

O *Pracasha* foi o único jornal de iniciativa hindu totalmente redigido em português. Foi fundado em ligação ao movimento Shuddhi, do qual o director e proprietário, Venctexa Vinaica Suria Rau Sar Dessai, era um dos impulsionadores em Goa. Poucos meses depois de iniciar passou a ter como redactor principal Luis de Menezes de Bragança, que doravante contribuiu significativamente para moldar a feição do jornal, sublinhando a sua vertente política. No contexto da ditadura, foi frequentemente processado. Suspenso por ordem do Governador em Dezembro de 1929, foi substituído pelo *Pradipa* entre 4.12.1929 e 25.10.1930. Em 1930, após a interrupção passa a ter a designação portuguesa e marata: *Luz / Pracasha*. Foi um dos principais órgãos da oposição goesa à ditadura militar e ao Estado Novo. Pronuncia-se contra Acto Colonial. Foi suspenso a 22 de Junho de 1937 por portaria sem voltar a reanimar, pois, entretanto, Menezes Bragança faleceu.

Ao longo dos dez anos de publicação foi um agregador de intelectuais ligados à oposição ao Estado Novo. Investiu, sobretudo por mão de Menezes Bragança e de T. B. Cunha, e tal como já acontecera com *O Debate*, em trazer o mundo a Goa, através de contributos originais - como por exemplo de Vicente de Bragança Cunha a partir de Moscovo - e da reprodução de artigos e extratos de livros de pensadores, políticos e personalidades da cultura, associados a um largo espectro de esquerda, desde a republicana democrática até à soviética, bem como às diversas sensibilidades do movimento nacionalista indiano.

31. "Bhārata" k̄ara Hegade-Desāi yāñce nīvadaka agralekha, sampādaka Śasīkānta Nārvekara; sampādana sahāyya āñi parīpūrti Ravīndra Ghavī. Pangim: Gomantak Marathi Academy, 1999-2001. 2 v. Oferta da família.

Colectânea de editoriais, em língua marata, publicados no jornal *Bharat* por Hegdo Dessai, e compilados por Ravindra Ghavi e Narendra Ajgaonkar.

Bharat (Nova Goa, 1912-1914, Quepém, 1915-1916, 1920-1949)

O *Bharat* foi um jornal bilingue, com secções portuguesa e marata, nascido com perfil republicano autonomista e, crescentemente, alinhado com o nacionalismo indiano. Distinguiu-se por ser o periódico goês que sofreu mais processos judiciais no período colonial, tendo o seu proprietário director e redactor, Hegdo Dessai, sido frequentemente preso sobretudo a partir da década de 20. Em Julho de 1924 passou a ter duas edições, uma portuguesa, e outra marata. Esteve suspenso mais de uma vez. Em 1921 lançou o movimento político-cultural Pragatica Sanga. Ao longo da década o seu discurso radicalizou-se. Abriu as páginas aos nacionalistas em Portugal e na Índia, recebendo crescentes colaborações. Divulgou textos doutrinários e de comentário político indianos e estrangeiros. De acordo com o filho, durante a ditadura chegou a publicar o jornal em Bombaim para escapar à censura. O jornal terminou com a morte de Hegdo Dessai, tendo sido ao longo da sua existência um importante órgão de resistência aos abusos do poder, de afirmação da comunidade hindu na esfera pública goesa e de promoção das relações e colaboração entre as principais comunidades locais. Entre 1918 e 1919 publicou em suplemento mensal a revista *Gaeca Mitra* em língua marata, a qual foi substituída pela revista *Swayansévak*.

Hegdo Dessai (Margão, 1887-Quepém, 1949)

Govind Pundalik Hegdo (Hegde) Desai, era oriundo de uma família de Rivona (Sul de Goa). Ficou conhecido pela alcunha de *Bharatkar* de tal forma foi identificado com o jornal *Bharat* que publicou ao longo de mais de três décadas. O sufixo *kar* nessa alcunha, significa precisamente “aquele que pertence” ou “nasceu em”. Foi um dos primeiros hindus a frequentar a Escola Médica de Nova-Goa, onde se licenciou em farmácia em 1912, tendo ainda feito o exame de advogado “provisionário”. Destacou-se igualmente

por pertencer ao grupo de intelectuais hindus envolvidos na afirmação do regime republicano português, entusiasmados com o projecto laicizador e promessas autonomistas. Ainda antes de fundar o *Bharat* participou em outros jornais bilingues de iniciativa hindu, destacando-se entre os intelectuais hindus do princípio do século 20 por pertencer ao pequeno segmento que dominava a língua portuguesa. A sua proximidade ao nacionalismo indiano, designadamente às ideias de Tilak, e o foco em causas sociais, evidente desde o início do *Bharat*, foi crescendo ao longo da república. O pensamento e percurso de Hegdo Dessai começa a merecer atenção académica.

64. Loyola, José Inácio Cândido de. *Passionate and unrestrained*, trad. Alexandre Moniz Barbosa. Pangim, Broadway Book Centre, 2008

José Inácio Francisco de Loyola (Orlim, 1891-Lisboa, 1973)

José Inácio Francisco Cândido de Loyola foi um advogado, jornalista político com uma pena exímia e sarcástica, líder carismático e apreciador da controvérsia, que em 1913 tomou por lema uma frase do jornalista ultramontano Louis Veuillot, “Não devemos consentir que nos tolerem: mas aspirar a que nos persigam ou nos temam” (in *Carta Política*). *Fanchu Loyola*, como era conhecido, fora embalado pelo jornalismo e tensões políticas, sociais e religiosas da Goa colonial na qual a família se encontrava profundamente envolvida enquanto proprietária do segundo mais antigo jornal privado, *A Índia Portuguesa*, nascido em 1861 dois anos depois e na mesma terra, Margão, do seu arquirrival, *O Ultramar*. Tal como este, *A Índia Portuguesa* emprestou o nome à força política que representou, o Partido Indiano, o qual liderou, entre a comunidade católica, uma parte da elite chardó que disputou aos brâmanes a direcção da vida local e das relações com o poder colonial.

Distinguindo-se por ser um dos jornalistas políticos goeses mais prolixos, iniciou-se na imprensa com pequenos contributos para a *Revista Moderna*, uma revista católica, que reuniu nova e velha gerações entre Março de 1909 e Fevereiro de 1910 sob direcção do médico, poeta e professor Paulino Dias, no ambiente efervescente que seguiu a Encíclica

de Pio X de condenação do Modernismo (1907). Entre 1910 e 1911 foi secretário de redacção de *A Índia Portuguesa*, onde assinava com o pseudónimo Fanchu de Lemos, e logo após a revolução republicana, redigiu diversos suplementos e folhetos de propaganda contrarrevolucionária. Foi um dos impulsionadores da União Católica, uma frente liderada pelo Partido Indiano então dirigido pelo pai, iniciativa pioneira na Primeira República. Abandonando a bandeira monárquica, a União Católica doutrinou, designadamente em *A Índia Portuguesa*, e procurou congregar as comunidades católicas em Goa e na emigração para levarem ao parlamento representantes que erguessem um bastião contra a afirmação do Estado laico e alertassem para o seu impacto no império, sobretudo na Índia Portuguesa. Com *A Índia Portuguesa* suspensa por decisão administrativa, integrou a redacção de *O Popular* (1911-1912) e após a morte do pai foi o seu redactor principal. A posterior aproximação da União Católica e de *A Índia Portuguesa* às posições do *Ralliement*, e a sua subalternização no partido antes dirigido pelo pai, levá-lo-iam a questionar a legitimidade dos novos dirigentes e a chamar a si o papel de líder do verdadeiro Partido Indiano. Enquanto dirigente do Partido Indiano dissidente fundou e redigiu diversos periódicos, hoje de difícil acesso: *O Povo* (1912); o *Jornal da Índia* (1913) cuja proibição motivou a *Carta Política* acima citada acusando o Governador-Geral de práticas antidemocráticas; *O Rebate* (1913-1914); a revista *Lanterna* (1914-1916); o jornal *Opinião* (1917-1919). Entre a década de 20 e 30 esteve ligado a diversos ensaios de reunificação do Partido Indiano, que viria a ocorrer por volta de 1933.

Em finais de 1918, apesar de se encontrar entre os impulsionadores do movimento abstencionista de protesto contra as limitações à autonomia da Índia, acabou por demarcar-se do movimento e daí em diante combater em prol da manutenção de um Estado centralizado contra a autonomia administrativa e financeira dos governos locais, considerando-a pasto para abuso de poder e desgoverno dos governantes e elites locais soltos do controlo do poder central. Em data por apurar, foi administrador das Comunidades de Salsete e posteriormente administrador do Concelho de Mormugão. Tendo partido para Lisboa no início da década 20, foi secretário do Ministro do Trabalho, José Ernesto Lima Duque em 1921. De regresso a Goa, fundou em Margão (mudando posteriormente para Nova-Goa) o jornal *Índia Portuguesa* (1923-1930) que teve

três séries, tendo dirigido a primeira e passando a redactor principal nas seguintes pelos constrangimentos legais impostos pela ditadura. Manteve, no entanto, a direcção efectiva, excepto durante mais uma estadia em Portugal na segunda série. É um jornal de difícil acesso, sobretudo para os anos anteriores a 1928, relativamente aos quais os conteúdos nos chegam através de polémicas em que se envolveu. Nas duas últimas séries o jornal evidenciou uma forte influência do Integralismo Lusitano e o desejo de que a ditadura servisse a recuperação das tradições políticas portuguesas, designadamente corporativas e municipalistas. A nível local Loyola pugnou pela recuperação das comunidades de aldeia e recorrentemente acusou a opressão exercida pelas elites sobre as camadas subalternizadas. Movendo-se para Lisboa, publicou sob o pseudónimo Paulo da Gama em periódicos como *O Povo*, *O Século*, *Diário de Notícias* e *Jornal das Colónias*, comentários sobre a vida política em Goa e de denúncia do crescimento do nacionalismo pró-indiano entre a comunidade católica. Regressou em Novembro de 1929, com a função de estudar a reforma das Comunidades e aplicar um plano com vista ao desenvolvimento agrícola local, na qualidade de Inspector das Comunidades de Aldeias, repartição criada por pelo Governador-Geral Craveiro Lopes por sua sugestão. Em Julho de 1930, após ter suspenso o jornal por 6 meses, iniciou a terceira série do *Índia Portuguesa* demarcando-se do seu rumo durante a sua ausência, já que a anterior direcção abrira as páginas a jovens nacionalistas, como Adeodato Barreto e Telo de Mascarenhas. Nos meses que antecederam o fecho definitivo do jornal em Dezembro desse ano, polemizou sobre o Acto Colonial acusando as contradições dos seus opositores. Em 1931 tomou assento no Conselho do Governo como vogal eleito pelo Conselho das Ilhas, sendo ainda eleito delegado desse Conselho em diversos organismos.

Em 1932, apesar do seu apoio inicial ao *Acto Colonial*, o seu impacto discriminatório em Goa conduziu-o à ruptura com o regime num discurso, que prevaleceu na memória política local, proferido nas habituais comemorações de 25 de Novembro de 1510. Acabando por mover-se para Bombaim, aí publicou o semanário de oposição *Portugal e Colónias* (1937-1938) e a obra *Panoramas económicos e sociais da Índia Portuguesa* (1938). Em 1945, participou como candidato da oposição (à partida derrotado) das primeiras eleições promovidas e manipuladas pela ditadura. Em 1946 foi um dos promotores do jornal de oposição *A Voz da Índia*, e apesar de não se envolver nos protestos de 1946

pelas liberdades cívicas na Índia Portuguesa, escreveu um comunicado ao jornal *Free Press* (Bombaim) agradecendo ao político socialista indiano Ram Manohar Lohia, cuja visita a Goa despoletara o início do movimento, o serviço que prestara à causa da democracia na Índia Portuguesa. Esse comunicado valeu que fosse preso e condenado a quatro anos de encarceramento em Portugal, onde se juntou aos outros prisioneiros políticos goeses presos em Peniche, sendo posteriormente movido para a Penitenciária de Lisboa devido a problemas de saúde. Após a libertação em Janeiro de 1950, permaneceu em Portugal até viajar para Bombaim em 1958. Não se identificando com o movimento de integração de Goa na União Indiana, pouco depois voltou a Lisboa onde faleceu em 12 Abril de 1973. Está por estudar a sua actividade nesses anos, mas de acordo com a necrologia publicada pelo jornal *Heraldo* (Lisboa), do Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia, nesses anos foi colaborador da Legião Portuguesa (*Heraldo*, Abril 1973). Esta personalidade de incontornável importância na história do jornalismo político e da política goesa no século 20, apesar de já ter merecido diversas antologias e pequenos estudos, aguarda uma biografia intelectual de fôlego.

27. Secretariado Nacional de Informação (ed.), *The Invasion and occupation of Goa in the world press=L'invasion et occupation de Goa dans la presse mondiale= Die invasion und besetzung von Goa in der Weltpress*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1962.

Secretariado Nacional de Informação (ed.), *Invasão ocupação de Goa: comentários da imprensa mundial*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1962.

Desde a década de 50 o Estado Novo investiu significativos recursos na propaganda de defesa da sua posição em relação ao Caso de Goa. As duas edições da presente obra compilam artigos publicados entre Dezembro de 1961 e Janeiro de 1962 pela imprensa portuguesa e de outros países favoráveis à posição portuguesa.

C) Estudos inéditos

Oferta de Aída Freudenthal¹⁶

Aída Freudenthal é investigadora independente natural de Maputo. Licenciada em História, foi professora do Ensino Secundário em Luanda (1965-1980) onde foi corresponsável pela estruturação do ensino após a independência de Angola.

Em Lisboa foi professora do ensino secundário (1980-1989) e no Ministério da Educação onde pertenceu à equipa de implementação da Reforma do Sistema Educativo. Concluiu o mestrado História Contemporânea, séculos XIX e XX na FCSH- Universidade Nova de Lisboa em 1990 e foi colaboradora do IICT até 2004. Publicou artigos em revistas da especialidade e capítulos de obras coletivas. Investigou temas de história social e económica e de jornalismo focados na história de Angola dos séculos XVII-XX. É autora de dois artigos inéditos sobre jornalismo angolano. Participou nas comemorações da existência da Casa dos Estudantes do Império, em 1995 e em 2015, com a realização de uma exposição fotográfica e correspondente catálogo, e com reedições da revista Mensagem e de obras literárias de autores africanos publicadas pela Casa, colóquios e palestras.

Tem ao longo dos anos oferecido a SAL fontes e estudos impressos de interesse para a história de Goa colonial, partilhado estudos inéditos e publicados respeitantes à Casa dos Estudantes do Império, particularmente os respeitantes à secção da Índia, o estudo sobre imprensa colonial presente nesta amostra, para além da colecção completa da reedição das publicações da Casa dos Estudantes do Império.

51. Freundhental, Aída, *Imprensa Colonial, 1850-1910*. Trabalho apresentado ao Seminário “Burguesia e Aristocracia I”, Universidade Nova de Lisboa 1985-1986. Datilografado.

¹⁶ Nota escrita com a colaboração de Aída Freudenthal

Neste trabalho Aida Freudhental delimita o que seja imprensa colonial publicada na metrópole no período delimitado e faz um levantamento e estudo preliminar dos periódicos acessíveis na Biblioteca Nacional, atento aos diversos propósitos e intervenientes nessa imprensa. Em breve disponível cópia digital nos sites do Congresso e do GIEIP-IP.

Empréstimo de Rute de Albuquerque Magalhães (Porto, 1944)

Com vista a digitalização e disponibilização em acesso aberto pelo GIEIPC-IP

Rute de Albuquerque Magalhães (Porto, 1944)

Nota autobiográfica

Rute de Albuquerque Magalhães, passa a infância e adolescência em Angola. Em 1960 vem para Lisboa onde se matricula em Engenharia Química no IST. Enquadra-se na vida associativa do Técnico e frequenta assiduamente a Casa dos Estudantes do Império até ao seu encerramento pela PIDE, em 1965. Posteriormente licencia-se em História na Faculdade de Letras de Lisboa. Após o 25 de Abril de 1974 regressa a Angola, onde começa a trabalhar em Luanda no Ministério da Educação (Centro de Investigação Pedagógica), participando na reformulação do ensino da História no secundário, contribuindo para a elaboração de novos manuais (7ª Classe) e de outros materiais de apoio para os professores.

*Em 1979 passa alguns meses em Lisboa a consultar na Biblioteca Nacional de Portugal os jornais publicados por diversas Associações Africanas activas no período desde 1910, o primeiro dos quais foi o jornal *O Negro*, até cerca de 1935, início da publicação do jornal *A Humanidade*. O levantamento visava apresentar uma Mémoire de Maîtrise sobre este tema ao Centre d' Études Africaines, na Sorbonne onde se encontrava*

inscrita. Nesse âmbito foi conduzida a reduzir os resultados da sua vasta investigação a um capítulo do trabalho. Os detalhados ficheiros que produziu encontram-se organizados em três caixas de arquivo. Uma respeitante aos periódicos levantados, as restantes contendo fichas analíticas de artigos.

s/n - Magalhães, Rute de Albuquerque, *Imprensa do Movimento Africano em Lisboa, 1911-1935*, BNL.

Sob este título genérico o ficheiro abrange, na verdade, não só imprensa do “movimento africano” em Portugal, como também outras tipologias com interesse para a matéria: artigos em jornais portugueses; imprensa “colonial”; jornais Cabo Verde/ S. Tomé/ Moçambique/ Angola publicados nessas colónias e em Lisboa.

Empréstimo de Maria Adelina Amorim para a Exposição

Maria Adelina Amorim (Coimbra, 1958)

Maria Adelina Amorim, é investigadora integrada do CHAM-Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. Doutorada em História, especialidade História e Cultura do Brasil, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2012). Tem leccionado em Portugal e no Brasil, e tem sido convidada a proferir palestras em diversos países, entre outros Espanha, Brasil, Cabo-Verde. É membro de diversas instituições (inter)nacionais: Cátedra João Lúcio de Azevedo (I. Camões/UFPB), Sociedade de Geografia de Lisboa, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos (Univ. Int. De Andalucía/Univ. De Jaz). Sócia fundadora e presidente da Associação de Cultura Lusófona (ACLU-FLUL), onde codirigiu o

Dicionário Temático da Lusofonia (2015). É autora de diversos livros e artigos na área de especialidade.

58. Amorim, Maria Adelina de Figueiredo Batista, *O Brasil na imprensa angolana do século XIX (1867-1897): um estudo*. Lisboa: FLUL, 1995. Trabalho de Mestrado em História e Cultura do Brasil. Seminário História da Cultura Brasileira. Orientador João Medina. Datilografado, 186 p.

Investigação feita na Biblioteca Municipal de Luanda.

C) Estudos e memórias¹⁷

37. Mendes, Sushila Sawant, *Luís de Menezes Bragança: Nationalism, secularism and free-thought in Portuguese Goa*. Goa: Directorate of Art and Culture, Government of Goa, 2014.
38. Enoque Mosse Devesse e António Sopa (coord.), *Imprensa Nacional de Moçambique: a gráfica que se confunde com a história do país*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2014. Oferta de António Sopa
39. Scholberg, Henry, *Bibliography of Goa and the Portuguese in India*. New Delhi: Promilla & Co. Publishers, 1982.
40. Rocha, Ilídio, *A imprensa de Moçambique: história e catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.
43. Pires, Daniel, *Dicionário cronológico da imprensa periódica de Macau do século XIX (1822-1900)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da R.A.E de Macau, 2015.
45. Shirodkar, P. P. *Who's who of freedom fighters: Goa Daman and Diu*. 2 vol. Goa: Goa Gazetteer Department Goa, 1986-1990.
47. Lopes, António Luís dos Mártires, *A Imprensa de Goa: monografia coordenada por António dos Martires Lopes, pelo 150.º aniversário do primeiro jornal fundado em Goa*. Lisboa: Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia, 1971
52. Correia, Luís de Assis, *Winds of change across Africa: 1958-1969*. Pangim: Broadway Publishing House, 2015.
53. Kamat, Varsha Vijayendra, *Resurgent Goa: Goan Society from 1900-1961*. Pangim: Broadway Publishing House, 2019.
54. Nazareth, J. M., *Brown Man Black Country: a peep into Kenya's freedom struggle*. New Delhi: Tidings Publications, 1981.

¹⁷ Secção contribuída por Adelaide Vieira Machado, Daniela Spina e Sandra Ataíde Lobo.

56. Ferreira, Eduardo de Sousa, *O fim de uma era. O colonialismo português em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.
57. Castro, Paul Melo e (ed.), *Colonial and post-colonial Goan literature in Portuguese: woven palms*. Cardiff: University of Wales Press, 2019.
59. Navelkar, V. R. (ed.), *Bibliography of Dr. Nuno Gonsalves Collection*. Bambolim: Goa University, 1997. Com facs. da correspondência doada.
59. Shastry, B. S. and V. R. Navelkar (eds.), *Bibliography of Dr. Pissulencar Collection*. 2 vol. Bambolim: Goa University, 1989.
60. Nascimento, Augusto e Aurélio Rocha (org.), *Em torno dos nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013.
61. Granja, Lúcia e Tânia de Luca (coord.), *Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
62. Couto, Maria Aurora, *Goa a daughter's story*. New Delhi: Penguin Books India, 2004.
63. Kamat, Sharmila and Prabhat Kamat, *Short Takes, Long Memories*. New Delhi, Rupa Publications India, 2011.
65. Sinari, Prabhakar. *From darkness to dawn: A First-Person Account of the Militant Struggle to Liberate Goa from Portuguese Colonialism*. Goa 1556, 2018.
66. Vicente, Filipa Lowndes (org.) *O Império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: edições 70, 2014
67. Paulino, Vicente, *Representação identitária em Timor-Leste: Culturas e os média*. Porto: Afrontamento, 2019
68. Noronha, Fernando de, *Goa tal como a conheci*. Ed. Óscar de Noronha. Pangim: Third Millenium, 2018.
69. Pinto, José Filipe, *Segredos do império da ílusitânia: a censura na metrópole e em Angola*. Coimbra: Almedina, 2011.
70. Fonseca, Isadora Ataíde da, *A Imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa: Edições 70, 2019.

-
71. García, José Luís, Chandrika Kaul, Filipa Subtil, Alexandra Santos (eds), *Media and the Portuguese Empire*. s.l.: Palgrave Macmillan, 2017.
73. Alves, José Augusto dos Santos, *A imprensa de língua portuguesa no Oriente*. Coimbra, Almedina, 2017.
74. Pinto, Rochelle, *Between empires: print and politics in Goa*. Oxford University Press, 2007.
75. Nascimento, Augusto. *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos*. S. Tomé e Príncipe: UNEAS (União Nac. dos Escritores e Artistas), 2005.
75. Santos, Gilda (org.), *O Real em revista: impressos luso-brasileiros oitocentistas*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel e Real Gabinete Português de Leitura, 2015. Oferta de Gilda Santos para o GIEIPC-IP.









